



Josiane Aparecida do Vale

**Serviço Social e atuação profissional no
contexto de remoções: analisando o
caso da Vila Autódromo**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Rafael Soares Gonçalves

Rio de Janeiro
Abril de 2017



Josiane Aparecida do Vale

**Serviço Social e atuação profissional no
contexto de remoções: analisando o
caso da Vila Autódromo**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em Serviço Social do
Departamento de Serviço Social do Centro de
Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela
Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Rafael Soares Gonçalves

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Valéria Pereira Bastos

Departamento de Serviço Social - PUC-Rio

Prof. Alexandre Magalhães

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Profª Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do
Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2017.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Josiane Aparecida do Vale

Graduou-se em Serviço Social pela Universidade do Rio de Janeiro, em 2013.

Ficha Catalográfica

Vale, Josiane Aparecida do

Serviço Social e atuação profissional no contexto de remoções : analisando o caso da Vila Autódromo / Josiane Aparecida do Vale; orientador: Rafael Soares Gonçalves. – 2017.

103 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2017.

Inclui bibliografia.

1. Serviço social – Teses. 2. Remoções. 3. Serviço social. 4. Política de habitação. 5. Megaeventos. I. Gonçalves, Rafael Soares. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Dedico esse trabalho à Maria Aparecida e Luiz, meus pais, que batalharam muito para que seus filhos pudessem estudar.

Agradecimentos

Ao meu orientador, Rafael, que contribuiu para meu crescimento acadêmico.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Serviço Social, pelo conhecimento compartilhado em sala de aula.

Aos meus colegas do mestrado (turma 2015), em especial à Andréia e Cris, pela amizade e companheirismo.

Aos meus pais e ao meu irmão, pelo apoio em mais uma jornada.

Ao meu companheiro, Daniel, que me apoia em tudo o que faço.

Aos entrevistados, que reservaram um tempo de suas vidas para contribuir com a elaboração desse trabalho.

ÀCapes, pela concessão da bolsa.

Muito obrigada!

Resumo

Vale, Josiane Aparecida do; Gonçalves, Rafael Soares (Orientador). **Serviço Social e atuação profissional no contexto de remoções: analisando o caso da Vila Autódromo**. Rio de Janeiro, 2017. 103p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro passou por um momento de grandes transformações urbanas, em consequência da escolha da cidade como sede de grandes eventos esportivos: a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Com uma justificativa de tornar uma cidade acessível para receber os megaeventos, inúmeras obras foram realizadas na cidade, principalmente em áreas de grande valor imobiliário, o que provocou uma remoção de inúmeras favelas. Dentre os processos envolvidos nos processos de remoção, encontra-se também o assistente social. Este trabalho tem como finalidade refletir sobre uma atualização de assistente social em processos de remoção, tendo como norte os princípios contidos no Código de Ética Profissional de 1993. Para tal, o presente trabalho aborda o papel do assistente social na habitação, procurando entender o surgimento da profissão e os desafios encontrados para o exercício da sua prática profissional. Com o intuito de um contexto histórico atual, este trabalho é um resgate histórico sobre o contexto de favelização, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, assim como os impactos trazidos com a realização dos megaeventos. Essas reflexões irão contribuir para uma análise do estudo de caso referente à Vila Autódromo, um dos casos mais emblemáticos das remoções ocorreu na cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave

Remoções; Serviço Social; Política de habitação; Megaeventos.

Abstract

Vale, Josiane Aparecida do; Gonçalves, Rafael Soares (Advisor). **Social Work and professional action in the context of removals: analyzing the Vila Autódromo case.** Rio de Janeiro, 2017. 103p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro went through a time of great urban transformation, as a result of being chosen as the host city for major sporting events: the 2014 Football World Cup and the 2016 Olympic Games. With a justification of making the city accessible to receiving the mega-events, countless works were carried out in the city, mainly in areas of great real estate value, which caused a removal of countless favelas. Among the processes involved in the removal processes, there is also the social worker. This paper aims to reflect on a social worker update in removal processes, based on the principles contained in the Code of Professional Ethics of 1993. To this end, the present paper addresses the role of the social worker in housing, trying to understand the emergence of the profession and the challenges encountered for the exercise of their professional practice. With the intention of a current historical context, this work is a historical rescue on the context of favelização, mainly in the city of Rio de Janeiro, as well as the impacts brought by the mega-events. These reflections will contribute to an analysis of the case study referring to Vila Autódromo, one of the most emblematic cases of removals occurred in the city of Rio de Janeiro.

Keywords

Removals; Social Work; Housing policy; Mega events

Sumário

Introdução	11
1. Política de remoção e favelas	16
1.1. As intervenções nas favelas do Rio de Janeiro	16
1.2. Grandes eventos e a política de remoção	25
2. Debate do Serviço Social	36
2.1. Surgimento do Serviço Social no Brasil	36
2.2. Desafios para o exercício profissional	51
3. Serviço Social e a política de habitação	57
3.1. Breve apanhado histórico sobre a política de habitação	58
3.2. A política de habitação e os assistentes sociais	66
4. O caso da Vila Autódromo	73
4.1. O Serviço Social no processo de remoções	83
4.2. Análise das entrevistas	88
5. Considerações Finais	94
6. Referências bibliográficas	97

Lista de ilustrações

Ilustração 1 -	Ação profissional em movimento: articulação entre as dimensões teóricas, éticas e técnicas do Serviço Social	53
Ilustração2 -	Projeto de urbanização da Vila Autódromo	82

Lista de mapas

Mapa 1-	Mapa sobre a construção de um trecho da Transcarioca	29
Mapa 2-	Favelas com remoções x empreendimentos do Minha Casa Minha Vida	34
Mapa 3 -	Vila Autódromo antes da remoção	77
Mapa 4-	Vila Autódromo após a remoção	77

Introdução

A cidade do Rio de Janeiro sofreu grandes transformações urbanas nos últimos anos, principalmente pela realização dos Jogos Olímpicos de 2016. Podemos citar, como exemplo, a construção de corredores viários (os chamados BRTs), ampliação do metrô, revitalização da zona portuária, implantação do Veículo Leve sob Trilhos (VLT) no centro da cidade, entre outras. As obras foram realizadas para facilitar o acesso às instalações olímpicas. A área escolhida para concentrar a maioria dos equipamentos esportivos foi a Barra da Tijuca, uma área conhecida pelos condomínios destinados à classe média alta e de grande expansão imobiliária. Juntamente com a transformação urbana veio o aumento da segregação urbana.

A preparação da cidade para a realização dos megaeventos trouxe de volta a política de remoções de favelas. As favelas do Rio de Janeiro se constituíram ao redor das áreas centrais e próximas aos locais de trabalho. Inicialmente, na época de seus surgimentos, elas ocuparam áreas sem importância especulativa, mas hoje muitas estão inseridas em bairros valorizados da cidade, ou seja, em áreas de grande interesse para o mercado imobiliário. Desde o início do século XX, após a tentativa de extinção dos cortiços, as favelas se tornaram alvo de políticas de remoções e vêm resistindo ao longo dos anos.

Com a realização dos megaeventos, a política de remoção volta à tona no cenário carioca. Através da intervenção do Estado, algumas dessas áreas foram liberadas, através de remoções forçadas, para que a iniciativa privada pudesse usufruir desses espaços, seja a partir da valorização imobiliária em seu entorno, seja, com a construção de novos empreendimentos. Sendo assim, inúmeras favelas foram extintas ou removidas parcialmente de áreas com forte especulação imobiliária, favorecendo a valorização desses lugares e a construção de empreendimentos, principalmente para a classe média alta.

O processo de remoções ocorreu de forma autoritária e arbitrária, através do desrespeito a inúmeros direitos, ausência de informações e sem a participação popular. Como apontam Azevedo e Faulhaber (2015), com a justificativa de realizações de obras, ocorreram inúmeras remoções, mas das áreas desapropriadas, apenas uma porcentagem pequena foi destinada, de fato, à

realização dessas obras. Os autores também mencionam que os projetos apresentavam diversas modificações, o que leva a crer que a realização das obras era um pretexto para realizar as remoções.

É em meio a esse contexto de violação de direitos e de ações arbitrárias, realizada pela prefeitura, que o assistente social é chamado a atuar, surgindo denúncias contra esses profissionais. Algumas dessas denúncias foram apontadas pelo Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS-RJ) através da revista *Práxis*¹. Os assistentes sociais eram acusados de prestar informações falsas sobre os cadastramentos realizados em algumas favelas que seriam removidas, afirmando que se tratava de programas sociais, mas na verdade tinha como finalidade a abertura do processo de remoção junto à prefeitura.

A formação do assistente social nas universidades tem muita ênfase em determinadas políticas como saúde, assistência social e previdência, enquanto outras são negligenciadas, como é o caso da política de habitação. O assistente social recém-formado, quando é chamado a atuar nesta área, tem sua atuação carente de embasamento teórico e, muitas vezes, prático, uma vez que também ocorre escassez de campos de estágio que estejam vinculados à política urbana e habitacional.

Em meio ao contexto de remoção, o assistente social vivencia um grande conflito: por um lado, o profissional é representante do Estado, Estado esse que ameaça e negligencia direitos; por outro, o profissional deve seguir o Código de Ética da categoria, que é contra essas ações do Estado. A autonomia do profissional pode ser ameaçada pela sua condição de trabalho assalariado e necessita de orientação de representantes da categoria profissional, como o conjunto CFESS/CRESS, para nortear sua intervenção.

Podemos identificar diversos trabalhos que abordam como temas megaeventos e remoções ocorridas no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, como, por exemplo: Alexandre Magalhães (2013), que discute a reatualização dos discursos e práticas de remoções das favelas na cidade do Rio de Janeiro no contexto atual. Por sua vez, Jorge de La Barre (2013) questiona o lugar do social, refletindo sobre o contexto de preparação para a realização dos megaeventos. Mário Brum (2013) analisa a volta da política de remoção, apresentando

¹ Revista destinada aos assistentes sociais inscritos no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-RJ). Revista *Práxis* - Ano VII - Nº 62 - NOVEMBRO/DEZEMBRO 2011.

distinções e semelhanças entre o contexto da ditadura e o contexto atual. Por fim, Letícia Freire (2013) analisa as mobilizações sociais que se posicionam contra os casos de remoções. Revistas oriundas dos departamentos de Serviço Social, como por exemplo O Social em questão, do Departamento de Serviço Social da Puc-Rio, e a Revista Praia Vermelha, do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ, abordaram como tema os megaeventos e os impactos na cidade do Rio de Janeiro².

Apesar da importância desses trabalhos para compreendermos a conjuntura atual do Rio de Janeiro, não há trabalhos que reflitam a prática do assistente social nesse contexto de remoções. Por essa razão, surgiu o interesse de conhecer melhor a dinâmica da atuação profissional na área urbana e habitacional. Frente às denúncias ocorridas sobre a atuação de alguns profissionais da área no contexto de remoções, é necessária a identificação de estratégias para garantir que o trabalho realizado por assistentes sociais junto às populações alvo não sejam utilizados de forma prejudicial à própria população, bem como ao profissional de Serviço Social, desta forma, não contrariando o Código de Ética da profissão.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a atuação do assistente social em processos de remoção, tendo como norte os princípios do Código de Ética profissional de 1993. Focamos nossos estudos no caso da Vila Autódromo, uma das favelas removidas durante a preparação da cidade para a realização dos megaeventos. A escolha da Vila Autódromo se deu, por um lado, pela relação com as denúncias que chegaram até o CRESS-RJ contra assistentes sociais, por outro, pela grande visibilidade que a favela conseguiu através de resistência e luta com o apoio de vários setores da sociedade.

A pesquisa foi desenvolvida através de pesquisa bibliográfica, e teve como foco, trabalhos realizados sobre os temas de urbanização e da realização de megaeventos, temas importantes para entender o contexto histórico atual. Também foi levantado material bibliográfico referente a trajetória do Serviço Social no Brasil, sobre a construção do projeto ético político, sobre as legislações que regulam a profissão, para que seja possível fazer reflexões sobre a prática do assistente social. Houve dificuldade em conseguir bibliografia sobre a trajetória do

²O SOCIAL EM QUESTÃO. Grandes eventos e seus impactos sociais. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio, ano 16, n. 29, jan./jun., 2013.

REVISTA PRAIA VERMELHA. Megaeventos e impactos nas cidades. Rio de Janeiro: UFRJ, v.24, n.1, jan./jun., 2013.

Serviço Social na política de habitação, o que demonstra a necessidade de maior produção acadêmica nessa área. Publicações divulgadas por movimentos sociais serão utilizados para auxiliar a compreensão dos conflitos exigentes nos dias atuais.

Com a finalidade de entender com mais clareza como se deu o processo de remoção das famílias residentes na Vila Autódromo e refletir sobre a atuação profissional nos casos de remoção, foram realizadas entrevistas com moradores que permaneceram na Vila Autódromo, com assistentes sociais e com representante do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS-RJ). Com a finalidade de estabelecer contato com os moradores que permaneceram no local e conhecer a área a ser estudada, foi realizada uma visita à Vila Autódromo no dia 14 de maio de 2016. Nesse dia estavam ocorrendo atividades que tinham como finalidade a construção do Museu das Remoções da Vila Autódromo com a participação dos próprios moradores e de voluntários. Realizamos uma segunda visita à localidade para fazer entrevistas individuais com dois moradores que se colocaram a disposição na visita anterior.

Para tentar localizar os assistentes sociais que trabalharam diretamente com os casos de remoções, entramos em contato com a Secretaria Municipal de Habitação (SMH), mas não obtemos respostas. Com a ajuda de colegas assistentes sociais, localizamos duas assistentes sociais: uma que trabalhou com a remoção da Vila Autódromo e outra que é funcionária da SMH. Essa foi a etapa da pesquisa que tivemos mais dificuldade em realizar.

Por fim, buscamos um representante do CRESS-RJ que acompanhou, na época, os desdobramentos das denúncias realizadas contra assistentes sociais em remoções de favelas.

No Capítulo 1, iremos analisar o contexto de preparação da cidade do Rio de Janeiro para a realização dos megaeventos e a sua relação com o retorno da política de remoções de favelas. Para isso, será realizado um breve resgate histórico sobre a formação das favelas cariocas e o tratamento destinado a elas pelo poder público ao longo dos anos. Observaremos os diversos contextos históricos em que o discurso remocionista aparece.

Os dilemas que permeiam a prática profissional do assistente social serão abordados no capítulo 2. Para isso, faremos um resgate histórico sobre a trajetória do Serviço Social no Brasil desde a sua criação até os dias atuais. Isso nos ajudará

a compreender as características da profissão, a importância do Código de Ética de 1993 e os desafios profissionais contemporâneos.

Já no capítulo 3, será realizado, de forma breve, um apanhado histórico sobre como se deu a política habitacional no Brasil até os dias atuais. Nesta análise será possível observar as diferentes posições do Estado em cada contexto histórico e o impacto no campo da habitação. Será abordado, também, a inserção do assistente social na política de habitação.

Por fim, no capítulo 4 iremos analisar as entrevistas realizadas de forma a entender como se deu o processo de remoção na Vila Autódromo, assim como, a prática profissional do assistente social neste contexto.

1

Política de remoção e favelas

O processo de remoção não é uma prática nova quando pensamos em favela. Essa é uma prática que sempre retorna em determinados contextos históricos. O Objetivo desse capítulo é fazer um breve resgate histórico sobre a formação das favelas e o tratamento destinado à elas ao longo dos anos, especificamente no Rio de Janeiro. A partir daí, é possível entender o retorno dessa prática com a preparação da cidade para a realização dos megaeventos esportivos.

1.1

As intervenções nas favelas do Rio de Janeiro

O fim da escravidão, a imigração europeia e a migração do campo para a cidade no final do século XIX, fez a população urbana no Rio de Janeiro crescer significativamente, o que resultou na superlotação de prédios antigos no centro da cidade adensando os cortiços. A proximidade com o mercado de trabalho e a falta de recursos para adquirir um pedaço de terra ou moradia e meios de transportes, fez com que os estratos mais baixos da classe trabalhadora se instalassem nos cortiços na área central da cidade. Era comum dividir cômodos das casas em aposentos minúsculos, proporcionando lucros altos ao locador (Gonçalves, 2013).

Com efeito, morar na área central significava muito mais do que não ter gastos com transporte. Para muitos, trabalhadores livres ou escravos de ganho, o trabalho tinha que ser procurado diariamente, e sob condições cada vez mais adversas, dada a crescente concorrência da força de trabalho imigrante. Estar próximo ao centro significava garantir a sobrevivência, mesmo porque, para grande parte da população ativa, constituída de vendedores ambulantes e de prestadores dos mais variados serviços, o trabalho não existia enquanto local, mas só aparecia como decorrência das demandas advindas da aglomeração de um grande número de pessoas e de atividades econômicas. E isto ocorria quase que exclusivamente no centro, razão pela qual o número de cortiços e quartos continuava a crescer nas freguesias centrais [...] não importando que as condições da morada fossem, aí, as mais precárias possíveis (Abreu, 2003, p. 213).

Segundo Valladares (2011), os cortiços eram considerados como um inferno social, símbolo da vagabundagem, do crime, do vício, além de ser insalubres e proliferadores de epidemias. Estes lugares eram vistos como uma ameaça à ordem social e a moral. Através do discurso higienista, inúmeras medidas foram

tomadas, como a proibição de novas construções de cortiços até seu fechamento e extinção.

A remoção dos cortiços tinha como finalidade expulsar a população mais empobrecida para áreas mais distantes da cidade, como o subúrbio, mas parte da população expulsa dos cortiços se instalou nos cortiços ainda existentes ou nos morros ao redor do centro, iniciando o processo de favelização. O subúrbio não apresentava grandes atrativos, já que o transporte público era de má qualidade e onerava o trabalhador.

O termo favela se originou de um morro no sertão da Bahia (Morro Santo) que era conhecido como Favella, já que era coberto por uma planta chamada favela (*JathropaPhyllaconcha*). Antigos combatentes da Guerra de Canudos se instalaram no Morro da Providencia e encontraram a mesma planta, chamando-o de Morro da Favella. Para Gonçalves (2013), o termo favela “passou a designar todas as habitações precárias do mesmo tipo espalhadas nos diversos morros da cidade” (p.44) ao longo da segunda metade do século XX.

O autor afirma que a expansão das primeiras favelas ocorreu pela interferência do exército, já que os soldados pediam apoio ao Exército para não serem despejados e, de alguma forma, isso proporcionava maior controle de seus soldados. Com o agravamento da crise habitacional com a extinção dos cortiços, aumentou o número de moradores nos morros, onde foi constatada a venda de casas pelos soldados.

De acordo com Valladares (2011), jornalistas, engenheiros, médicos e o poder público transferiram o foco dos cortiços para as favelas e todo o discurso moralizador antes utilizado. Para a autora, Augusto de Mattos Pimenta foi o responsável pela primeira grande campanha contra as favelas nos anos de 1926 e 1927. Além do discurso higienista, ele apresentou preocupação com a estética e o embelezamento da cidade, considerando a favela como “lepra da estética”.

Mais do que qualquer outro personagem do seu tempo, Mattos Pimenta contribuiu para a transformação da favela em problema, combinando o discurso médico-higienista com o reformismo progressista e os princípios de um urbanismo ainda mais ambicioso que o de Pereira Passos (Valladares, 2011, p.42).

A autora afirma que após Pimenta, outro personagem importante em relação ao discurso contra a favela será Alfred Agache. Urbanista francês, Agache será

responsável pela criação do Plano da Cidade do Rio de Janeiro, conhecido como o Plano Agache, com o intuito de renovar e embelezar a cidade. Assim como Pimenta, Agache também compartilha do discurso higienista e considera a favela uma chaga urbana, mas apresenta um olhar diferente sobre ela percebendo diversos elementos que explicam a existência das favelas, trazendo um olhar sociológico sobre o fenômeno. Como solução, sugere a construção de moradias populares juntamente com a demolição das moradias precárias.

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, as favelas ganharam novo tratamento do poder público. Conhecido como Pai dos Pobres, Vargas ficou marcado pela intervenção na economia e no social, principalmente com as políticas de proteção ao trabalhador. Em relação à favela, mantêm-se o discurso higienista, mas é considerado que o povo merece uma moradia adequada.

A perspectiva higienista que havia acompanhado os discursos anteriores permanece, mas com uma nova inflexão: o reconhecimento de fato, da existência das favelas e da necessidade de melhorar as condições de vida dos favelados, contrariando a solução única de sua destruição anteriormente proposta (Valladares, 2011, p.52).

Vargas nomeou para prefeito do Rio de Janeiro Pedro Ernesto (1932-1936), que estabelece um novo tipo de relação entre poder público e a favela. Intervindo nos assuntos referentes à propriedade do solo, incentivos para escolas de samba, instalação de serviços públicos, como, por exemplo, escolas.

Gonçalves (2013) afirma que o setor imobiliário estimulou a instalação das favelas perto das áreas em desenvolvimento para ter uma disponibilidade maior de força de trabalho e a baixo custo, contudo, o interesse pela liberação do solo e a elitização de alguns bairros, fez com que este setor, mais tarde, desejasse a eliminação das mesmas. Isso acarretou em inúmeros processos contra os favelados e Pedro Ernesto se manteve a favor destes em vários casos, consolidando as favelas no cenário urbano.

Com receio da popularidade de Vargas, Pedro Ernesto foi afastado, mas sua política continuou mesmo depois de sua saída, pois “sua ação estava perfeitamente enquadrada na política populista do regime” (Valladares, 2011, p.52). Em 1937, foi aprovado o Código de Obras, que reconheceu a existência das favelas, juridicamente, e assim como Matos Pimenta e Agache, prevê a extinção das favelas tendo como solução a construção de novas habitações. Para Valladares

(2011), o Código é ambíguo, porque apesar de prever a eliminação das favelas, ele também propõe a contenção do crescimento destas, o que pressupõe a possibilidade de permanência. Ficava proibida a construção de novas moradias e, até mesmo, a reforma das já existentes.

Na década de 1940, surgiram alguns trabalhos com o intuito de estudar a realidade das favelas. Um dos trabalhos importantes para a época foi elaborado pelo médico Victor Tavares de Moura, trabalho que contribuiu para a construção dos Parques Proletários durante o governo do prefeito Henrique Dodsworth.

Segundo Rodrigues (2016), Moura observou que o crescimento da favela está ligado ao grande número de imigração que chegava à cidade e se instalavam em condições muito precárias. Ele observou que algumas favelas eram construídas em terrenos de propriedade privada que o próprio dono construiu ou incentivou a construção para lucrar com o aluguel. Sua proposta era desapropriar alguns desses terrenos para inserir alguns serviços públicos e proibir a cobrança de aluguéis. Em terrenos públicos, ele propôs a venda desses terrenos para angariar fundos para resolver o problema das favelas, ou então, fazer melhorias urbanas que trariam a valorização para as casas que seriam vendidas para famílias abastadas, para isso, seria necessário fazer levantamento de todos os terrenos pertencentes ao município e os que poderiam ser adquiridos por ele.

Outra proposta seria a construção de casas populares que seriam alugadas para os moradores de favelas. Para isso, seriam construídas casas provisórias para que os moradores das favelas saíssem de seus barracos enquanto eram construídas casas definitivas ou melhorias na favela onde moravam. A construção dessas casas seria financiada pelos IAPs ou com a venda dos terrenos da prefeitura.

Os institutos de previdência tinham um plano de construção de conjuntos habitacionais populares para venda ou aluguel, mas apenas para seus associados, o que excluía os trabalhadores rurais, portanto, os recém-chegados na cidade, e os trabalhadores sem carteira assinada (Rodrigues, 2016, p.17-18).

Henrique Dodsworth criou a Comissão de Favelas, em 1941, para dar início à construção dos parques proletários provisórios. Os mais conhecidos são o da Gávea, do Leblon e do Caju. Sua primeira ação foi retirar as favelas no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, lugar valorizado da cidade. Para Rodrigues (2016), o parque da Gávea era considerado a vitrine para as “ações governamentais para os

pobres, principalmente ações de assistência social, em conjunto com a Igreja Católica” (Rodrigues, 2016, p.18).

Os parques eram administrados pela secretaria de assistência social municipal, onde o dinheiro dos aluguéis era revertido para a manutenção. Com o tempo, aumentava o número de moradores e as condições das instalações se tornaram precárias, assemelhando-se ao crescimento e as péssimas condições de moradias da favela.

Assim, eles acabaram sendo reconhecido como favelas já nos censos realizados em 1948 (prefeitura) e 1950 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Eram, entretanto, “favelas oficiais”, pois a prefeitura destinava funcionários e verbas esporádicas para a reforma das instalações dos parques, até meados da década de 1950 (Rodrigues, 2016, p. 19).

Muitos favelados eram contrários aos parques proletários, porque os retirava do seu convívio social e não resolviam os problemas da moradia. Isso gerou manifestações dentro das favelas contra possíveis remoções, causando preocupação para o poder público. Para coibir o crescimento da influência do Partido Comunista sob as favelas e as insatisfações dos favelados, o Estado, juntamente com a Igreja Católica, vai oferecer assistência através da Fundação Leão XIII, criada em 1946.

Quanto a política desenvolvida especificamente nas favelas, o governo Dutra só veio consolidar a concepção reinante de percebê-las como doença social e agora acrescida da descoberta do peso político que as favelas apresentavam, o que valeu considerá-las como ambiente propício de infiltração e disseminação do comunismo (Silva, 1989, p.41).

Valla (1986) ressalta que durante a década de 1940 foram formadas comissões na tentativa de compreender o problema favela, e a partir da década seguinte começam a ser publicados os primeiros trabalhos científicos sobre o tema. Silva (1989) comenta que a partir dos estudos levantados na época um relatório foi elaborado uma proposta de proibição de construção de novas casas nas favelas. Era necessário impedir a venda e a cobrança de aluguéis em casas abandonadas em favelas e a invasão e a transformação em favelas.

Silva (1989) afirma que no segundo período do governo Vargas (1951-1954), houve a diminuição do controle sobre os sindicatos, criando um momento

propício, politicamente, para os favelados se organizarem em prol de seus interesses.

A autora comenta que, em 1952, foi criado o Serviço de Recuperação das Favelas, órgão criado dentro da Secretaria de Saúde e Assistência, uma novidade, já que as instituições que tratavam de favelas eram subordinadas ao Departamento de Segurança Pública, demonstrando a mudança de tratamento repressivo para um controle paternalista, característico do período Vargas.

Em 1955, surge a Cruzada São Sebastião com a proposta de urbanizar as favelas. Silva (1989) ressalta que, até o ano de 1960, a Cruzada recebeu recursos para realizar melhorias de 12 favelas.

Quase coincidindo com a criação da Cruzada São Sebastião, o governo do Distrito Federal instituiu o Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas (SERFHA). Este órgão surgiu em 1956. Inicialmente sem recursos, o SERFHA funcionou, na realidade, apenas apoiando as iniciativas da Fundação Leão XIII e da Cruzada São Sebastião (Valla, 1986, p.76). Segundo Silva, “o SERFHA se propõe a ampliar a atuação além das favelas até cortiços, casas de cômodos, vilas etc., procurando evitar o paralelismo de esforços e falta de comunicação. Ao se propor a coordenar os vários órgãos municipais” (Silva, 1989, p. 44).

Em 1960, o SERFHA é reformulado, passando a ser subordinado à Coordenação de Serviços Sociais do Estado da Guanabara. Tentou-se estabelecer uma aproximação com as favelas através do estímulo a criação de associações de moradores. O que se pretendia era submeter as associações aos interesses do Estado, por meio do controle político.

Surgiram estruturas de mobilização política nas favelas, como a União dos Trabalhadores Favelados, ainda em 1954, sob influência do advogado Antoine Magarinos Torres e, em 1963, a Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG). A constituição do novo Estado da Guanabara previu que 3% da arrecadação estadual deveria ser utilizada para obras de urbanização em favelas (Burgos, 2006).

A princípio, sem se definir entre a remoção e a urbanização, o governo estadual trabalhou simultaneamente com as duas perspectivas. De um lado, construiu, entre 1962 e 1965, com financiamento norte-americano (do Usaid), a Cidade de Deus e

as vilas Kennedy, Aliança e Esperança; de outro lado, “urbaniza algumas poucas favelas” (Burgos, 2006, p.34).

A construção dos conjuntos habitacionais tinha como objetivo remover inúmeras favelas, mas como poderia gerar manifestações contrárias por parte dos movimentos dos favelados, o poder público se mostrou cauteloso. Com o golpe de 1964, cria-se o ambiente propício para o retorno das práticas remocionistas. Apesar da eleição de Negrão de Lima, em 1965, as chuvas de 1966 e 1967 recolocam a questão da remoção de favelas na pauta política do Rio de Janeiro. A Fundação Leão XIII ganha novos contornos, atuando junto às associações de moradores, que começa a sofrer forte perseguição política pela ditadura militar, limitando o seu poder de mobilização política.

Em 1968, o governo federal criou a Coordenação da Habitação de Interesse Social na Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM), colocando em prática as ações remocionistas. Entre os anos de 1968 e 1975, ocorreram várias remoções e de forma violenta. Apesar da repressão, os moradores das favelas demonstraram resistência, mesmo após o desmonte da FAFEG, e foi graças à sua resistência que “foi possível a permanência de 52 favelas em bairros tipicamente ocupados pelos setores médio e alto da sociedade carioca, como Copacabana e Tijuca, entre outros” (Burgos, 2006, p.37). Mesmo assim, foram destruídas cerca de 60 favelas e a remoção de 100 mil pessoas durante o período de 1968-1975.

Com a forte repressão contra os líderes e participantes dos movimentos das favelas, a organização dos favelados ficou enfraquecida politicamente, onde a luta por direitos foi substituída pela troca de favores e pelo desinteresse político. Segundo Burgos (2006), entre os anos de 1975 e 1982, irá se caracterizar a política clientelista.

Segundo Gonçalves (2013), neste período, o poder público apresenta certa tolerância em relação às favelas, o que resultou na sua consolidação no espaço urbano. Isso não quer dizer que a política de remoção tinha se extinguido, mas aparecia de forma cautelosa, associada de um discurso de perigo de desabamento e de proteção. O autor cita como exemplo a tentativa de remoção da favela do Vidigal, em 1977, localizada na zona nobre da cidade do rio de janeiro, onde “o fracasso dessa tentativa tornou-se a referência histórica que pôs fim às remoções, enquanto política pública no Rio de Janeiro” (Gonçalves, 2013, p.263). O que se

pretendia era desocupar a área, pois era uma área cobiçada pelo mercado imobiliário.

Durante o governo de Brizola (1983-1987), foi criado o programa de Favelas da Cedae (Proface) com a finalidade de estender os serviços de água e esgoto para as favelas. Além desses serviços, a prefeitura lançou programa de iluminação pública, viabilizou a coleta de lixo, tentou-se regularizar a propriedade nas favelas e uma nova postura da polícia em relação às favelas.

O fim da política de remoções e a instalação gradual de serviços públicos nas favelas provocaram mudanças significativas no interior desses espaços. As construções precárias foram progressivamente substituídas por edificações duráveis e instalou-se, a partir daí, um processo de densificação por meio da construção vertical (Gonçalves, 2013, p. 276).

Para Barreira e Botelho (2008), o crescimento das favelas na década de 1980 tem como justificativa o esgotamento de terrenos nas fronteiras do Rio de Janeiro, nas periferias; a crise financeira do país provocou o fim de programas habitacionais destinados à classe média, que desprovida de recursos, instalou-se em favelas. Para os autores, morar nas favelas não soluciona apenas o problema da moradia, mas também o acesso a determinados serviços, como água e luz.

Mas a favela não é apenas solução imediata para o problema da habitação; é também solução para o acesso a alguns serviços que, mesmo básicos, custam aos assalariados e trabalhadores informais uma parte significativa de suas rendas, como água e luz. Como na favela há um fácil acesso informal a esses serviços, uma parte da população carioca “moradora do asfalto” e que sofre os efeitos imediatos da precarização social, migra para o morro, para a periferia pobre, em suma, para as “comunidades”, tentando através da sua entrada no “circuito inferior” driblar os efeitos da decadência social (Barreira e Botelho, 2008, s/p).

Do final do governo Brizola até o governo César Maia, com a criação do programa Favela-Bairro, em 1994, de acordo com Gonçalves (2013), não houve nenhuma política em relação às favelas que representasse algum resultado significativo. O programa apresentava como objetivo a integração das favelas à cidade, através da sua urbanização, incluindo também a regularização fundiária. Buscou-se remover o mínimo possível, focando suas ações “para a recuperação das áreas e equipamentos públicos” (Burgos, 2006, p.49).

Gonçalves (2013) apresenta algumas críticas ao programa Favela-Bairro: a péssima qualidade das obras; não houve uma maior presença do poder público nas

favelas, pois os serviços foram terceirizados; a prefeitura não apresentou uma medida para a questão do domínio do tráfico de drogas nas favelas; ausência de participação popular; não obteve avanços em relação à regularização fundiária. O projeto foi importante para a melhoria das condições de algumas favelas, mas poderia ter apresentado resultados maiores.

Compans (2007) destaca que a redemocratização da sociedade brasileira, através do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, fez com que a política de remoção fosse criticada e foi posto em debate a possibilidade de regularização e urbanização das favelas. Resultado disso foi a criação, em 1992, do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro que previa a transformação das favelas em bairros e tinha como princípio a não remoção. Porém foram postas algumas exceções:

Entretanto, excetuam-se do princípio da não remoção aquelas favelas que ocupem: a) unidades de conservação ou áreas de especial interesse ambiental; b) áreas de risco; c) faixas marginais de proteção das águas superficiais, adutoras e redes elétricas de alta tensão; d) faixas de domínio das estradas federais, estaduais e municipais; e) vãos e pilares de viadutos, pontes e passarelas, bem como áreas adjacentes, quando oferecem riscos à segurança individual e coletiva ou inviabilizem a implantação de serviços urbanos básicos; f) ou ainda, áreas que não possam ser dotadas de condições mínimas de urbanização e saneamento básico (Compans, 2007, p.85).

Segundo a autora, abriu-se precedente para a retirada de favelas próximas às encostas, às margens de rio, aos córregos e lagoas. Outro dado, é o interesse do mercado imobiliário em áreas de proteção ambiental, o que exige a liberação das áreas ocupadas pelas favelas. Ao mesmo tempo em que tentavam combater a instalação de favelas em áreas de preservação ambiental, buscava-se aprovar leis que autorizassem a construção de empreendimentos imobiliários nas áreas de proteção ambiental. Compans(2007) ressalta que a mesma lei que o poder público tenta flexibilizar para atender ao mercado é utilizada para justificar as remoções de favelas, o que é um verdadeiro contrassenso.

Podemos observar que, apesar da mudança da postura do poder público em relação às favelas, o discurso da remoção reaparece de acordo com os interesses em jogo. Alguns episódios de violência, principalmente acampados pela grande mídia, suscitaram campanhas para a remoção de favelas. Para Compans (2007), a imprensa sempre teve um papel importante contra as favelas. Ela exemplifica com a matéria do jornal o Globo, divulgada em setembro de 2005, intitulada “Ilegal. E

daí?”, na qual criticava a prefeitura pela incapacidade de conter a expansão das favelas.

Apesar do discurso da não remoção, a política de remoção volta à tona com a realização dos megaeventos esportivos: os Jogos Pan-Americanos de 2007, a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Veremos no item seguinte a lógica que guia a realização desses megaeventos e a sua relação com a volta da política de remoção.

1.2

Grandes eventos e a política de remoção

A política de remoção volta à tona com a escolha do Rio de Janeiro para sediar os grandes eventos esportivos: a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos de 2016. Segundo Magalhães (2013), em 2009, o então prefeito, Eduardo Paes declarou que as favelas não poderiam ser tratadas como um tabu se referindo a possibilidade de intervenções e até mesmo sua extinção. Esse já era o prenúncio do que iria ocorrer com várias favelas com a preparação da cidade para a realização desses megaeventos.

Antes de falarmos propriamente da política de remoções de favelas, precisamos entender alguns pontos. Os grandes eventos esportivos são muito mais que uma competição, são oportunidades de negócios.

Segundo Rolnik (2014), a partir dos anos 1980, os eventos esportivos aparecem vinculados ao processo de transformação urbana com a participação crescente de corporações. Anteriormente, os Jogos Olímpicos apresentavam pouco impacto nas cidades. Para sua realização, eram construídos dormitórios para hospedar os atletas, que posteriormente viravam moradias. De qualquer forma, o investimento não era do mesmo montante como se observa nos dias atuais. Desde pelo menos as Olimpíadas de Berlim, em 1936, esses eventos apresentavam uma disputa política, cultuando o nacionalismo e, após a Segunda Guerra Mundial, a disputa entre os países capitalistas e socialistas. Os investimentos na preparação das olimpíadas eram majoritariamente estatal.

Os Jogos Olímpicos realizados em Los Angeles, em 1984, foi um marco na realização de eventos com a participação das empresas privadas em patrocínios e na organização do evento, que gerou um lucro de mais de 200 milhões de dólares. A partir daí a realização dos Jogos se tornou um “stand de vendas global” (Rolnik,

2014, p.66). Nos anos 1990, a realização dos Jogos ganha uma nova característica: o planejamento urbano estratégico para a sua realização. O objetivo dessa forma de planejamento é melhorar a posição das cidades num ranking mundial para a atração de investimentos internacionais. Mais do que vender os produtos referentes aos Jogos, agora a cidade também é vendida, no intuito de conseguir atrair o “excedente financeiro global” (Rolnik, 2014, p.66).

O planejamento estratégico apresenta conceitos e técnicas semelhantes ao planejamento de empresas, já que as cidades estão “submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas” (Vainer, 2000, p.76). Em tempos de globalização, as cidades do mundo todo competem entre si para atrair investimentos, turistas, megaeventos, indústrias e etc. Como uma empresa, as cidades estão voltadas para atender as exigências do mercado.

Assim, ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações. Agir estrategicamente, agir empresarialmente significa, antes de mais nada, ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado (Vainer, 2000, p.86).

Além de empresa, a cidade também é vista como mercadoria. Privatizam-se os espaços públicos e serviços, em consequência, aumenta a segregação espacial. O marketing urbano é responsável por criar uma imagem da cidade atrativa para o turismo e economicamente, inserindo a cidade nesse cenário de competição mundial. Criam-se imagens culturais que escamoteiam os problemas locais.

As cidades possuem grande importância para a manutenção da sociedade capitalista, pela capacidade de movimentar diversos segmentos do mercado, como a construção civil, o mercado imobiliário, mercado de matérias-primas e etc. Segundo Harvey (2012), as cidades são responsáveis por absorver os excedentes econômicos produzidos pelo capitalismo, já que as obras de urbanização movimentam um grande volume de capital e de força de trabalho. Soma-se a isso, os incentivos fiscais, privatização dos espaços públicos e a flexibilização de leis para atender aos interesses do mercado.

Vainer (2011) considera que, dentro dessa lógica empresarial, a cidade, na tentativa de se tornar mais atrativa economicamente, flexibilizam-se as leis para que as modificações no espaço urbano sejam realizadas dentro da legalidade,

mesmo que direitos previstos sejam desrespeitados. Nas palavras do autor: “A lei veio legalizar o desrespeito à lei; ou melhor, veio legalizar, autorizar e consolidar a prática da exceção legal. A exceção como regra” (Vainer, 2011, p.7).

Dito isto, é possível entender a relação entre a realização dos megaeventos esportivos e a modificação do cenário urbano. Analisando o caso do Rio de Janeiro, podemos observar que a realização dos megaeventos esportivos trouxe uma grande transformação urbana combinada com a segregação do espaço urbano. Segundo o Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro, desenvolvido pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro³, até junho de 2014, foram removidas 4.772 famílias de 29 favelas, sendo que 24 favelas foram removidas por obras ligadas diretamente aos megaeventos.

Em vez de pensar a “cidade mercadoria”, a “cidade global”, o “marketing urbano” como apenas construções ideológicas gerais manipuladas pelas elites, como novo suporte do capitalismo financeirizado, perceber como, nas práticas cotidianas, das quais os agentes públicos fazem parte, essas referências são elaboradas como um conjunto normativo e moral que os orienta (no caso ora em análise, formulando o “repertório da remoção”) e lhes oferece a medida moral que permite atualizar mecanismos de controle da circulação de determinados segmentos sociais no espaço urbano (Magalhães, 2013, p.104).

A escolha das localidades onde seriam construídos os equipamentos olímpicos foi guiada pelo interesse do mercado imobiliário contando com a valorização dessas áreas. O parque olímpico e os alojamentos foram construídos na região da Barra da Tijuca, uma região em expansão e de grande potencial de valorização. Segundo Gaffney (2013), esse bairro apresenta características diferentes de outras regiões da cidade, pois combina grandes edifícios residenciais e comerciais, a concentração de shoppings centers e a proximidade da praia, o que

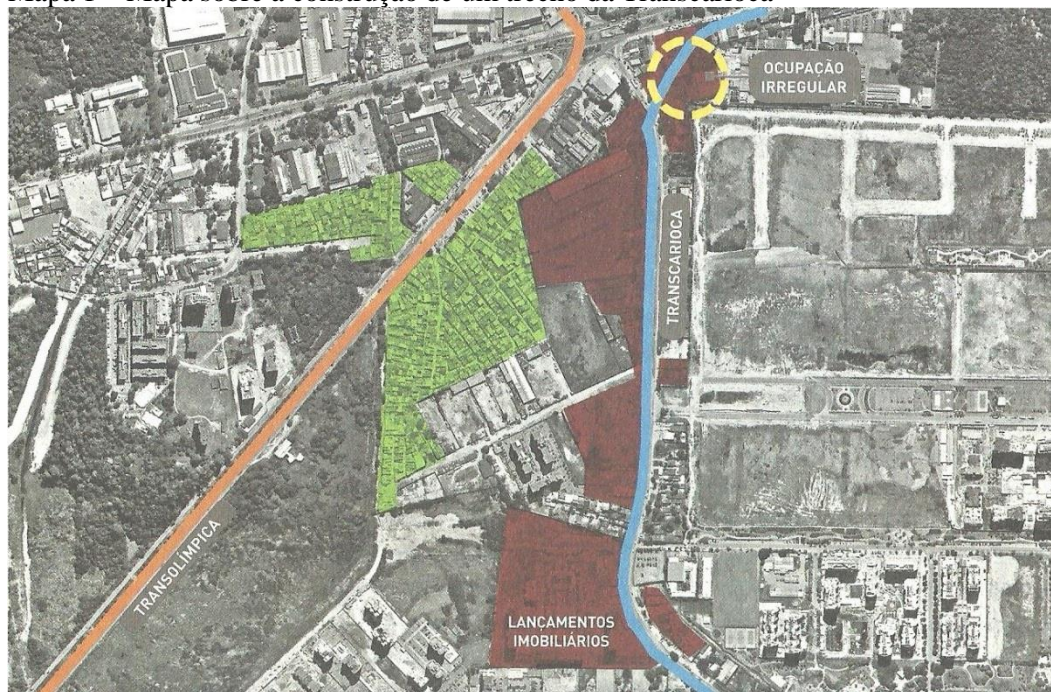
³ Segundo o próprio Comitê: “O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro é uma articulação que reúne organizações populares, sindicais, organizações não governamentais, pesquisadores, estudantes, atingidos pelas intervenções da Copa e das Olimpíadas e pessoas diversas comprometidas com a luta pela justiça social e pelo direito à cidade. A missão do Comitê é mobilizar uma ampla rede de organizações sociais, movimentos populares, sindicatos, órgãos de defesa de direitos e controle do orçamento público, universidade, com protagonismo das comunidades direta e indiretamente afetadas, para monitorar as intervenções públicas e privadas relacionadas aos megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro atua desde 2010, promovendo reuniões e debates públicos, produzindo documentos e dossiês de denúncias sobre as violações de direitos humanos, organizando atos públicos e disseminando informações, tendo como perspectiva a construção de uma visão crítica sobre os megaeventos esportivos”.

apresenta diversos usos e funções a essa localidade. Seu sistema viário e rodoviário era considerado caótico pelo extenso engarrafamento e pela superlotação dos ônibus. À volta para casa era muito demorada, principalmente para os trabalhadores que residiam em áreas mais afastadas. A concentração de postos de trabalho e as péssimas condições de transportes fizeram com que favelas fossem construídas no entorno dessa área, ocupando solos de interesse do mercado imobiliário.

Uma das maiores obras realizadas durante o período de preparação para as Olimpíadas foi a construção do sistema de BRT (Bus Rapid Transit), trata-se de um corredor expresso somente para ônibus, compostas pelas linhas transoeste (liga a Barra à Campo Grande e Santa Cruz), transcarioca (liga a Barra ao aeroporto internacional Tom Jobim) e transolímpica (liga a Barra à Deodoro). Para a sua construção foram removidas, segundo o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro (2014), pelo menos, 18 favelas em toda a sua extensão.

De acordo com Azevedo e Faulhaber (2015), para a construção dos corredores do BRT várias vias foram alargadas, e por meio de decretos, a prefeitura aprovou um plano de desapropriações de moradias que estavam nas áreas de interesse para a realização das obras. Muitas das áreas desapropriadas foram utilizadas para a construção imobiliária, como demonstra o mapa abaixo apresentado pelos autores.

Mapa 1 – Mapa sobre a construção de um trecho da Transcarioca



Fonte: Azevedo e Faulhaber, 2015.

Das áreas desocupadas, uma porcentagem pequena foi destinada realmente para a realização das obras, o que demonstra o interesse em retirar as populações mais empobrecidas de áreas de interesse imobiliário. Nas palavras de Azevedo e Faulhaber, “os projetos se alteram a todo instante, o que levanta a suspeita de que o traçado dos BRTs acaba sendo colocado como apenas mais um pretexto para as remoções” (Azevedo e Faulhaber, 2015, p.46). Das áreas que sofreram desapropriação para a transoeste, por exemplo, apenas 10% foram aproveitadas para a realização das obras, segundo os autores.

A criação desses corredores expressos tinha como objetivo conectar vários pontos da cidade ao Parque Olímpico construído na Barra da Tijuca. O parque foi construído nas proximidades da Vila Autódromo, desencadeando o interesse em remover a favela. O Caso da Vila Autódromo será abordado com mais detalhe no capítulo 4.

O bairro apresenta um rápido crescimento ao longo dos anos, principalmente com os projetos de infraestrutura devido aos megaeventos (Gaffney, 2013). A região foi a que mais recebeu projetos de construções, comparada a outras áreas da cidade. Para a realização das obras foram removidas inúmeras famílias mais empobrecidas em seu entorno. A retirada de favelas e as modificações do espaço favoreceram a especulação imobiliária da área, marcando

ainda mais o caráter elitista do bairro e evidenciando um processo de gentrificação. Apesar do bairro não fazer parte da área central da cidade, ele desperta interesses econômicos, já que as intervenções nessa área têm como objetivo atender aos interesses de mercado com a construção de prédios de alto padrão, melhoria de serviços e a construção de um determinado estilo de vida. Exemplo disso é a construção do campo de golfe no bairro, que, segundo Dossiê sobre as Violações do Direito ao Esporte e à Cidade (2015), houve um acordo entre a prefeitura e com a construtora Fiori Empreendimentos, na qual, ela se responsabilizou pela construção do campo e, em troca, adquiriu o direito de construir 22 prédios de alto padrão próximo ao local. O local escolhido fazia parte de uma Área de Proteção Ambiental, que apesar disso, recebeu autorização para a realização das obras.

Em outras áreas da cidade também ocorreram remoções de favelas, como no entorno do Maracanã e na zona portuária. No entorno do Maracanã estava previsto a construção de estacionamento, área comercial, polo esportivo, por isso, era necessário que fossem removidos os moradores da favela Metrô-Mangueira, que ficava a 500 metros do estádio. Além da favela, foi prevista a demolição do Museu do Índio e do Parque Aquático Júlio Delamare e o Estádio de Atletismo Célio de Barros.

A zona portuária foi outra área da cidade que sofreu a transformação do seu espaço. Através do projeto Porto Maravilha, foi promovido um processo de revitalização da área com a construção de museus, reorganização do transporte, mudanças nas leis de zoneamento e altura das edificações, recuperação dos espaços públicos e aumento de imóveis residenciais e comerciais. A revitalização da zona portuária tem como objetivo recuperar a área e dar novos usos àquela região. O local era ocupado por uma população mais empobrecida, que foi removida, apresentava vários imóveis abandonados e estava deteriorado. Pela sua localização na parte central da cidade, o valor da terra poderia aumentar com a melhoria da área. Esta área sofreu a desvalorização da terra durante anos, fazendo que uma população mais empobrecida se instalasse na região. Com a possibilidade de valorização, a iniciativa privada compra imóveis e terras que valerão muito mais com o término das obras de revitalização. Esse movimento de desvalorização e valorização é o que Smith (2007) denomina como *rent gap*. Cria-

se espaços e lugares destinados “aos turistas internacionais, interesses corporativos e estilos de vida da classe média alta” (Gaffney, 2013, p.11).

Segundo o Relatório sobre os Efeitos dos Megaeventos Esportivos na Realização do Direito a uma Moradia Adequada, elaborado por Rolnik (2009), as remoções forçadas são uma das características comuns às cidades que sediaram megaeventos. De acordo com a autora, a demanda por espaço para a construção dos aparelhos esportivos e as intervenções urbanas são responsáveis por destruir moradias já existentes. Soma-se a isso, a tentativa de afastar focos de pobreza e subdesenvolvimento para melhorar a imagem da cidade internacionalmente através de projetos urbanísticos de embelezamento, onde o interesse da população é desconsiderado.

A política de remoção promovida pela prefeitura do Rio foi uma grande marca neste contexto de realização de megaeventos. Como podemos perceber, a realização das obras removeu inúmeras famílias de suas casas e muitas favelas foram extintas. Todas as remoções apresentam como característica comum a arbitrariedade, falta de informação, ausência de cronogramas, utilização de força policial, ameaça psicológica, desrespeito aos direitos. Pelo fato das áreas desocupadas possuírem importância para o mercado imobiliário, pode-se perceber que foi promovido uma verdadeira faxina social, retirando a classe mais empobrecida desses lugares e alocando-a em áreas mais afastadas. Através da intervenção do Estado, foi possível a utilização de áreas que estavam inacessíveis para o mercado pela formação de favelas.

Além dessas remoções realizadas através do poder público, Rolnik (2009) afirma que há também despejos indiretos através do processo de gentrificação, como citado anteriormente. A realização das obras faz com que áreas no seu entorno, consideradas anteriormente de baixo valor no mercado, despertem o interesse de investidores imobiliários, aumentando o valor dos imóveis e do aluguel. Esse processo eleva o custo de vida fazendo com que esses moradores se mudem para outras partes da cidade. Como afirma Simões (2014), uma das características da realização dos megaeventos é o “embelezamento” urbano, responsável por promover grandes lucros através da valorização do território, fortalecendo o capital imobiliário.

Ao construir enormes redes de infraestrutura (metrô, avenidas, portos, aeroportos, túneis, hotéis, etc.) as cidades promovem outra festa: a da especulação imobiliária. Os territórios em volta dessas construções são valorizados, o que significa dizer que, por exemplo, atividades imobiliárias como aluguel serão mais lucrativas dali em diante [...]. A outra faceta da especulação imobiliária é “criar” valor para outras atividades econômicas daquela região valorizada. O turismo, a gastronomia e o entretenimento ficam mais caros quanto mais próximos de regiões valorizadas. O aumento dos preços, ao restringir o acesso pela renda, contribui para uma maior segregação social na cidade. (Simões, 2014, p.180-181)

A instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) é outra estratégia utilizada para a preparação da cidade para a realização dos Jogos, na tentativa de desvincular a imagem da cidade com a violência. Segundo Zaluar (2006), a presença frágil do poder público e a entrada de cartéis colombianos e das máfias ligadas ao narcotráfico, propiciaram a consolidação do tráfico de drogas em áreas empobrecidas, principalmente nas favelas, na década de 1980. Apesar do Brasil passar por um curso democrático nesta década, as favelas cariocas apresentaram um fluxo contrário de opressão provocado pela instalação de grupos paraestatais. Desde então, a imagem da favela está associada ao tráfico de drogas e ao crescimento da violência na cidade.

As áreas escolhidas para pacificação são estratégicas para o mercado e para a realização dos megaeventos. As primeiras instalações foram realizadas em favelas da zona sul e centro (importante área turística), nas proximidades do Maracanã e perto ao acesso das principais vias expressas da cidade (Avenida Brasil e linha vermelha – caminho importante para chegar ao aeroporto internacional Tom Jobim). O discurso das autoridades era que a ocupação das favelas traria para o Estado o controle de áreas dominadas pelo tráfico de drogas, o que resultaria em mais tranquilidade para seus moradores. A instalação das UPPs trouxe uma grande valorização imobiliária, principalmente para o entorno das favelas ocupadas. Além disso, a UPP trouxe a possibilidade das empresas alcançarem um grande mercado consumidor. Depois da instalação dessas unidades, empresas abriram filiais nas favelas, como lojas de grande varejo, redes de farmácias, agências bancárias, entre outras. Serviços como água, luz, internet e TV a cabo foram regularizados, já que nas favelas havia ligações clandestinas, conhecidas como “gato”.

Magalhães (2013) afirma que o contexto de realização dos megaeventos trouxe de forma ressignificada a política de remoção. Desde a década de 1980, a

intervenção em favelas, que não fosse a sua urbanização, era considerada autoritária. Para mudar este tipo de concepção foi necessário criar um conjunto de argumentos que justificassem a necessidade de remover algumas favelas. O contexto de realização dos megaeventos esportivos, somado as intensas chuvas que ocorreram no ano de 2010, tornaram-se a ocasião perfeita para que antigas práticas remocionistas pudessem retornar ao cenário carioca atual. Nas palavras de Magalhães:

A conjuntura específica aberta pela preparação da cidade para esses eventos, em conjunto com o debate da “desordem urbana” e com os acontecimentos climáticos que produziram vítimas fatais em 2010, acabariam por formar o contexto específico favorável a retomada da via da erradicação como maneira específica de o Estado lidar com as favelas, ressignificando o termo “remoção”, e situando-o como uma dimensão importante nas práticas de gestão do Estado de determinados territórios e populações (2013, p.102).

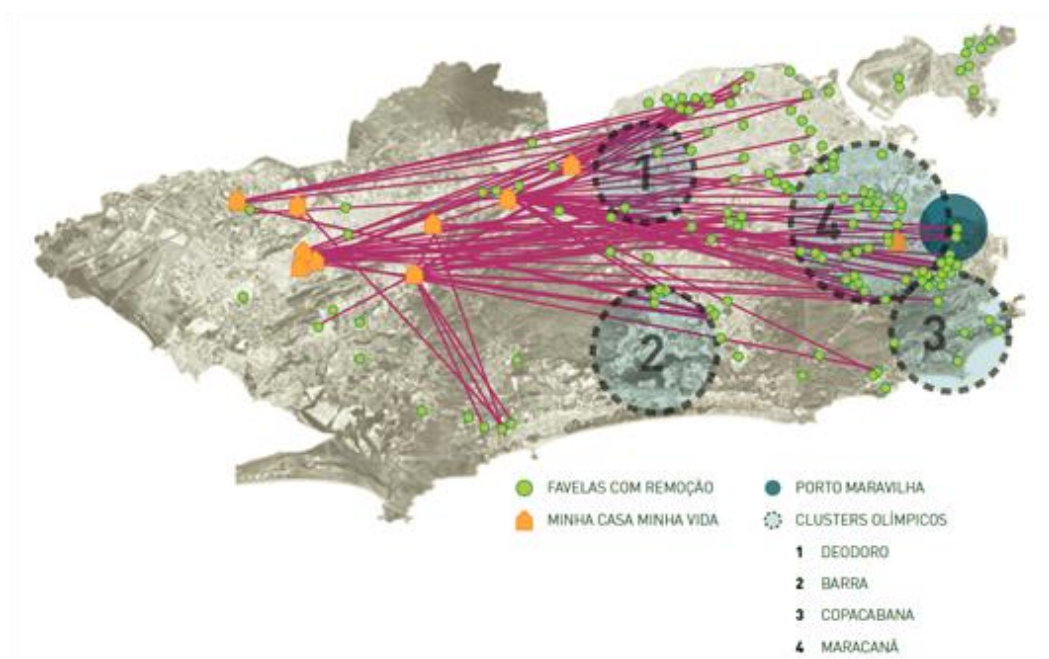
Em 2009, no início do governo de Eduardo Paes, a prefeitura anunciou a necessidade de remover 119 favelas, que correspondia a 3,5% do total das áreas ocupadas por favelas. A justificativa utilizada era a localização em áreas de risco e/ou a impossibilidade de urbanizá-las. Magalhães (2013) ressalta que pela primeira vez, após varias décadas de crescimento, as favelas sofreram uma interrupção no seu crescimento e apresentaram redução, entre os anos de 2009 e 2010, de 386.879 m², o que correspondia a 0,8% do total das áreas ocupadas.

Além da justificativa do risco e da impossibilidade de urbanização, utiliza-se como justificativa a necessidade da realização das obras de urbanização que serão o grande “legado” deixado para a cidade após a realização dos Jogos Olímpicos. Magalhães (2013) salienta que o “legado” é acionado em diversos momentos justificando qualquer transtorno que as obras de urbanização pudessem causar à cidade.

As intervenções que têm implicado mudanças nos usos e fluxos dos espaços da cidade ocorreriam em função do “legado” que os Jogos Olímpicos (e, em menor escala, a Copa do Mundo), deixariam para aquela. Isso se referiria, inclusive, para as ações nas favelas, cuja inclusão no “pacote olímpico” criaria as condições para que as intervenções do tipo erradicação incorporassem uma justificativa que, nos marcos dessa elaboração, buscaria se sobrepujar a qualquer crítica. Assim como em relação ao “risco”, não se poderia ser contra algo que tão somente procuraria melhorar as condições de vida das pessoas, especialmente as mais pobres, e modernizar a cidade, cuja concretização se devia à realização desses Jogos (Magalhães, 2013, p.102).

Segundo Azevedo e Faulhaber (2015), a maioria das famílias removidas foi reassentada em empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (que será abordado no capítulo 3). No mapa apresentado pelos autores é possível perceber que a maioria desses empreendimentos fica localizado distante das antigas moradias das famílias removidas, majoritariamente na zona oeste da cidade. Para os autores, “o programa, uma promessa de inclusão social por meio da moradia adequada, se tornou, especialmente no Rio de Janeiro, instrumento de segregação espacial” (Azevedo e Faulhaber, 2015, p. 67).

Mapa 2- Favelas com remoções x empreendimentos do Minha Casa Minha Vida



Fonte: Azevedo e Faulhaber, 2015.

Podemos perceber que as obras realizadas em toda a cidade foram guiadas por interesses privados em detrimento dos interesses da população. Isso não quer dizer que as obras não trouxeram benefícios para os cariocas, pelo contrário, inúmeros trabalhadores diminuíram o tempo do trajeto entre a casa e o trabalho com os corredores do BRT, por exemplo. O que queremos discutir é a forma como as decisões são tomadas, sem consulta e sem participação da população. Existem outras áreas da cidade que necessitam de obras de urbanização, principalmente na área de transportes, mas não foram contempladas pelas intervenções urbanas ocorridas neste período. A realização de obras não foi

estabelecida por uma necessidade da população, e sim pelo interesse de grandes grupos empresariais.

A política de remoção das favelas demonstra que o acesso a determinados espaços são destinados à determinada parcela da sociedade. Por ocuparem áreas de interesse econômico, famílias são removidas de suas casas, subordinando os seus interesses aos interesses do mercado. Ocorre uma “limpeza social” de determinadas áreas, como é o caso da Vila Autódromo, uma das inúmeras favelas que sofreram o processo de remoção e que será estudada no capítulo 4.

Em meio a esse contexto, o assistente social é um dos profissionais requisitados para atuar nos processos de remoção. No próximo capítulo iremos estudar como se constitui a profissão ao longo dos anos e os possíveis desafios da profissão. Isso nos ajudará a refletir sobre a atuação desse profissional nos casos de remoção, principalmente ao discutirmos o caso da Vila Autódromo posteriormente.

2

Debate do Serviço Social

Neste capítulo, iremos abordar a trajetória do Serviço Social brasileiro para compreendermos os dilemas que permeiam a profissão. Segundo Yamamoto e Carvalho (2008), para compreender o Serviço Social é necessário inserir a profissão na dinâmica da sociedade, já que ele se origina para atender as necessidades sociais. Por esse motivo, analisaremos o desenvolvimento do Serviço Social juntamente com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Como profissão só existe em condições relações sociais historicamente determinadas, é a partir da compreensão destas determinações históricas que se poderá alcançar o significado social desse tipo de especialização do trabalho coletivo (social), mais além da aparência em que se apresenta em seu próprio discurso, e, ao mesmo tempo, procurar detectar como vem contribuindo, e maneira peculiar, para a continuidade contraditória das relações sociais, ou seja do conjunto da sociedade (Yamamoto e Carvalho, 2008, p. 16).

2.1

Surgimento do Serviço Social no Brasil

Com o fim do trabalho escravo no final do século XIX e a organização da sociedade brasileira em bases capitalistas, concentrou nos centros urbanos um grande número de pessoas vindo do campo, constituindo assim, o mercado de trabalho. Apresenta como característica as péssimas condições de vida e de trabalho do operariado. A jornada de trabalho era extensa e os salários eram baixos, isso fazia com que mulheres e crianças precisassem trabalhar para ajudar na renda da família, que, por consequência, fazia a manutenção dos baixos salários, já que havia uma procura grande por trabalho. Em relação às condições de vida dos operários, instalavam-se em locais precários, insalubres, mas que ficavam próximos aos centros de emprego. Assim também eram os ambientes de trabalho, que além da insalubridade, oferecia riscos a segurança dos trabalhadores.

Em meio a esse contexto, o proletariado começa a se revoltar e participar de movimentos sociais para reivindicar melhores condições de trabalho, com greves e manifestações, Nas palavras de Lessa,

Os baixos salários, as condições de trabalho nos estabelecimentos fabris, a ausência de legislação trabalhista, a superexploração a ultralonga jornada de trabalho, o

ritmo da atividade fabril, a restrição ao deslocamento, a provável prepotência dos chefes de equipe: tudo isso aproximava, na visão popular, o interior da fábrica a um simulacro da plantação escravagista (2001, p.172).

Com a ausência de medidas que possam efetivamente melhorar a vida da classe operária, o Estado responderá às reivindicações dos trabalhadores através da repressão policial combinado com ações assistencialistas e de caridade. É através da violência, que o Estado mantém sob controle o movimento operário, com o seu desmantelamento, e garante a manutenção da ordem capitalista de exploração da força de trabalho e de acumulação.

O empresariado fará o possível para retardar ou evitar a regulamentação do mercado de trabalho, pois significaria o aumento no custo da força de trabalho e a intervenção no controle de seus funcionários, uma vez que exploravam ao máximo a força de trabalho. Iamamoto e Carvalho (2008) apontam, dentre as práticas sociais do empresariado, dois elementos que consideram ser importantes para a implementação e desenvolvimento do Serviço Social:

a) Crítica do empresariado à falta de instituições que produzam trabalhadores com aptidão física e psicológica para o trabalho fabril. Consideravam que a sociedade deveria ser extensão da fábrica, uma vez que o trabalhador sem a disciplina que lhe era empregada no trabalho era “exposto aos vícios e aos baixos instintos, porque não foi refinado pela educação, pelo meio social” (Iamamoto e Carvalho, 2008, p. 137). O discurso utilizado era que o tempo livre do trabalhador seria um perigo para a sociedade e para a própria classe operária. Para que isso não acontecesse, seria necessário disciplinar os trabalhadores através de equipamentos que estimulem o culto ao seu lar e à família, por exemplo.

b) Políticas assistenciais⁴ que se intensificam depois de grandes movimentos sociais do primeiro pós-guerra. A maioria de grandes empresas oferecia aos seus empregados uma série de serviços assistenciais: assistência médica, caixas de

⁴Segundo Souza (2006), a assistência social é concebida como direito, somente com a Constituição Federal de 1988. Anteriormente as intervenções referentes à questão social eram baseadas na caridade, na filantropia e na ajuda religiosa. Essas intervenções eram assistenciais e assistencialistas. Assistenciais: Prática baseada na caridade e na fé com o intuito de ajudar os mais desfavorecidos. Por se tratar de um ato de ajuda, cabia ao receptor a gratidão ao benfeitor, excluindo a possibilidade de reclamação. Assistencialismo: É a prática da assistência visando a retribuição de quem recebe, ou seja, é o estabelecimento de uma relação de troca entre receptor e doador. Muitas vezes as intervenções apresentavam tanto o caráter assistencial quanto assistencialista.

auxílio, creches, escolas, vilas operárias e etc. Essas medidas tem como contrapartida, o controle da vida cotidiana do trabalhador já que apresentava como condição uma vida regrada. Essa era uma tentativa de manter o controle sobre os trabalhadores para que não participassem de movimentos reivindicatórios.

Nesse sentido, apesar de sempre aparecerem sob uma aura paternalista e benemerente, constituem-se numa atividade extremamente racionalizada, que busca aliar o controle social ao incremento da produtividade e aumentar a taxa de exploração (Iamamoto e Carvalho, 2008, p.139).

Outro segmento importante para compreender o surgimento do Serviço Social no Brasil será a Igreja Católica. Desde o fim do Império, a Igreja Católica perdeu privilégios no Brasil através da Constituição Republicana de 1891, que estabeleceu a laicização do Estado. No início do século XX integrantes da Igreja se manifestam a favor da interferência da Igreja em relação aos problemas sociais e de maior influência política junto ao Estado. Apesar das críticas às instituições do Estado, considerando-as deficientes social e politicamente, a Igreja se manterá ao lado do governo republicano, repudiando qualquer manifestação contrária ao regime.

A partir do final da década de 1920 com a decadência da economia cafeeira, o Brasil apresenta um aprofundamento das contradições econômicas, sociais e política, principalmente com a crise mundial de 1929. Isso gera uma grande insatisfação para os trabalhadores que se manifestam contra as condições de vida e de trabalho. O movimento operário, de 1917 a 1921, trouxe à tona a existência da “questão social”⁵ e a necessidade de intervenção para amenizar os problemas sociais. Surgem, nesse momento, instituições assistenciais ligadas à grande burguesia e compostas por mulheres dessa classe: Liga das Senhoras Brasileiras (1920) e Liga das Senhoras Católicas (1923), no Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente. Apresentam características diferentes daquelas praticadas tradicionalmente pela caridade através do planejamento das ações e de maior eficiência técnica.

⁵ “A *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão” (Iamamoto e Carvalho, 2008, p.77).

Tem em vista não o socorro aos indigentes, mas já dentro de uma perspectiva embrionária de assistência preventiva, de apostolado social, atender e atenuar determinadas sequelas do desenvolvimento capitalista, principalmente no que se refere a menores e mulheres (Iamamoto e Carvalho, 2008, p.166-167).

Na tentativa de reverter a instabilidade política e social, Vargas irá fazer com que o Estado intervenha de forma direta na economia e no social. Para Santos (2012), o governo Vargas apresenta uma grande importância para a história econômica do Brasil, pela a inicialização da indústria no país. Esse período é marcado pela centralização do poder na figura de Vargas e pela intervenção do Estado na economia e nas relações sociais, através da legislação social e do trabalho, demarcando um novo trato à questão social, que passa a ser considerada não somente como caso de polícia, mas também como caso de política. A instabilidade do período cria uma possibilidade da Igreja Católica recuperar seus antigos privilégios, já que será chamada a intervir nos momentos mais críticos para a estabilidade do novo regime, fazendo um trabalho de caráter ideológico e de controle social.

Para Iamamoto e Carvalho (2008), a existência das instituições criadas na década de 1920 favoreceu a criação do Serviço Social brasileiro, visto que o desenvolvimento dessas instituições criará “as bases materiais e organizacionais, e principalmente humanas, que a partir da década seguinte permitirá a expansão da Ação Social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social” (Iamamoto e Carvalho, 2008, p.167). Essas iniciativas influenciaram e se multiplicaram dentro do movimento católico que passou a criar instituições de atuação junto à classe operária.

Surge, em 1932, o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), em São Paulo, que tinha como objetivo potencializar as ações filantrópicas do empresariado sob os princípios da Igreja, através da formação de trabalhadores sociais baseados na doutrina católica e no conhecimento dos problemas sociais. Com o tempo, as atividades se orientaram para a formação técnica especializada, onde algumas fundadoras dessa instituição foram para a Europa obtendo contanto com o Serviço Social franco-belga, baseado no tomismo/neotomismo⁶, o que influenciou na

⁶“Tomismo – referência ao pensamento filosófico de São Tomás de Aquino (1225) um teólogo dominicano que escreveu obra filosófica caracterizada por uma perspectiva humanista e metafísica do ser que vai marcar o pensamento da Igreja Católica a partir do século XIII. Merece destaque na obra de S. Tomás a Suma Teológica.

criação da primeira escola de Serviço Social no Brasil, localizada em São Paulo, em 1936.

A necessidade de formação técnica especializada para a prática da assistência é vista não apenas como uma necessidade particular ao movimento católico. Tem-se presente essa necessidade, enquanto necessidade social que não apenas envolve o aparato religioso, mas também o Estado e o empresariado. A visão da possibilidade de profissionalização do apostolado social é dado de forma sutil, na medida em que encarece a necessidade de colaboradores para as obras particulares e se prevê a demanda de pessoal permanente para as instituições oficiais e patronais, reconhecendo nessas duas instâncias as únicas socialmente habilitadas a possibilitar esse empreendimento (Iamamoto e Carvalho, 2008, p.184-185).

A necessidade de especialização da prática de assistência é demandada não só pela Igreja, mas também pelo Estado e pelo empresariado, como foi mencionado anteriormente. Apesar das práticas serem orientadas pelo ideário católico, elas também apresentam um caráter político-ideológico por atuar nas camadas mais pauperizadas da população, enquadrando-as de acordo com o sistema capitalista de exploração do trabalho, ou seja, de legitimação da ordem e de adaptação aos postos de trabalho.

Sendo guiada pela doutrina católica, a prática do assistente social, nesse contexto, apresenta caráter educativo e moralizador sobre o comportamento do indivíduo e da família, enquadrando-os na sociedade. Como afirma Yazbek (2009), a atenção profissional está voltada para o atendimento às necessidades materiais morais e sociais.

Getúlio Vargas vai incentivar a indústria básica com a criação de bases para a acumulação, tanto no campo econômico, quanto no social. Com a expansão da indústria, intensifica-se a exploração da força de trabalho, que se realiza em péssimas condições e apresenta queda nos salários, que resultará na insatisfação dos trabalhadores.

Esse contexto exige, por parte do Estado, uma série de ações que visam a legitimação e o controle social, atendendo algumas reivindicações da classe operária e, ao mesmo tempo, reprimindo os movimentos reivindicatórios. O

Neotomismo – retomada do pensamento de São Tomás a partir do papa Leão XII em 1879 na Doutrina Social da Igreja e de pensadores franco belgas como Jacques Maritain na França e do Cardeal Mercier na Bélgica. Buscavam nesta filosofia diretrizes para a abordagem para a abordagem da questão social.” (Yazbek, 2009, p. 27)

Estado vai intervir nas relações de trabalho e na sua reprodução, através de uma legislação social e sindical.

Outra forma de absorver as pressões sociais foi a criação de grandes instituições sociais e assistenciais a partir da década de 40. Essas instituições vão colaborar para um maior controle da classe operária e também irão qualificar a força de trabalho para atender à expansão da indústria. A criação dessas instituições representa a ampliação do mercado de trabalho para as assistentes sociais, tornando-se legitimada e institucionalizada pelo Estado. Isso altera o público atendido, assim afirma Iamamoto (2008):

De pequenos segmentos da população pobre em geral, atingida ocasionalmente pelas obras sociais confessionais, seu público se concentrará em amplos setores do proletariado, ala principal das políticas assistenciais implementadas pelas instituições (Iamamoto, 2008, p. 31).

O surgimento das grandes instituições assistenciais nos anos 1940 e as transformações econômicas da época exigiram do Serviço Social brasileiro maior conhecimento teórico e técnico, pois a doutrina social católica era insuficiente para responder às expressões da “questão social”.

O mercado de trabalho que se abriu para a profissão pressionava o Serviço Social a reconsiderar as suas origens. Como parte da engrenagem de execução das políticas sociais, passou a ser uma ação necessária e útil ao funcionamento racional das instituições, de acordo com o papel que elas tinham de desempenhar no momento de produção capitalista e no desenvolvimento do projeto sócio-econômico burguês (Andrade, 2008, p. 271).

Durante a Segunda Guerra Mundial, Vargas⁷ mantinha relações com EUA e Alemanha, países em lados opostos na guerra. Com o intuito de neutralizar a Alemanha, e ganhar apoio e influência, o governo norte-americano se aproxima do governo brasileiro. Em contrapartida, o Brasil recebeu concessões comerciais e financiamento no setor industrial. Essa aproximação entre Brasil e EUA não influenciou somente no aspecto econômico, como ressalta Andrade (2008):

⁷O posicionamento, em 1942, ao lado dos países aliados (liderados pelos EUA) trouxe instabilidade política para o governo Vargas, uma vez que, apresentava uma contradição um país em pleno regime militar se aliar à países democráticos. O que culminou com a sua queda em 1945 (Santos, 2012).

É bom lembrar a relação Brasil/Estados Unidos extrapolou o nível do econômico; ela alcançou inúmeros segmentos da vida latino-americana. A América do Norte passou a ser o novo “empório” de ideias, a nova referência de modelos e ações, inclusive no sistema de bem-estar-social. Este fato, inevitavelmente, atingiu também o Serviço Social brasileiro, que buscou, no correlato norte-americano, desde o suporte filosófico, as teorias do conhecimento que dessem conta, principalmente, de responder as necessidades, até um suporte teórico-científico e técnico para a prática profissional (Andrade, 2008, p. 275).

Essa aproximação fez com que assistentes sociais brasileiras participassem de congressos realizados nos EUA, o que propiciou o contato do Serviço Social brasileiro com o Serviço Social norte-americano, incorporando suas teorias às práticas realizadas numa tentativa de atender às novas exigências.

A partir da década de 40, o Serviço Social brasileiro vai apresentar um caráter tecnicista, por influência do Serviço Social norte-americano, que era guiado pela teoria social positivista (Yazbek, 2009). O positivismo apresenta como característica analisar o que é verificável, o que é aparente. Estuda os fenômenos sociais de forma fragmentada, sem relacionar com o todo. Não prevê mudanças estruturais na sociedade, mas sim, resoluções dos problemas dentro da ordem capitalista como forma de ajustamento.

Yazbek (2009) menciona que ao ter contato com o Serviço Social norte-americano, o Serviço Social brasileiro se atentará a padrões de eficiência, assim como, refinará seus modelos de análise, diagnóstico e planejamento. Passa a existir uma tendência ao empirismo e ao pragmatismo, onde as atividades de pesquisa e classificação da “clientela” despertam interesse (Iamamoto, 2008).

Iamamoto (2008) ressalta que apesar da incorporação da teoria positivista, o Serviço Social brasileiro não abandonou os traços da filosofia humanista cristã. Para a autora, a absorção dos elementos teóricos norte-americanos somado a doutrina católica vai atualizar o caráter missionário da profissão, ao mesmo tempo em que atende às novas exigências de tecnificação pela complexidade das relações sociais.

Isso reflete na elaboração do primeiro Código de Ética Profissional do Assistente Social, aprovado em 1947 pela Associação Brasileira de Assistentes sociais. Nele consta, como dever do profissional, o exercício de suas funções de acordo com a lei de Deus, corroborando com a influência religiosa na profissão. Em relação ao caráter moralista, considera-se a ética baseada na moral, onde o profissional tinha como dever “uma atitude honesta, correta, procurando

aperfeiçoar sua personalidade e dignificar a profissão” (ABAS, 1947). Ao considerar que o Serviço Social trata de pessoas desajustadas ou empenhadas no desenvolvimento da própria personalidade, podemos identificar a influência do positivismo e o viés psicológico na prática profissional.

A década de 1950, por sua vez, é marcada pelo desenvolvimentismo e o incentivo à industrialização pesada. O desenvolvimentismo teve como objetivo o crescimento econômico acelerado com o intuito de superar o subdesenvolvimento do país. Acredita-se que o crescimento econômico é capaz de superar os problemas sociais elevando a qualidade de vida da população. No âmbito teórico, o Serviço Social vai se aprofundar na concepção norte-americana “voltando-se [...] ainda mais para o tratamento, nas linhas da psicologia e psiquiatria, dos desajustamentos psicossociais” (Iamamoto e Carvalho, 2008, p. 344).

No final dos anos 1950 e início dos anos 1960, o Serviço Social vai se aproximar do Desenvolvimento de Comunidade⁸, através do interesse do Estado em intervir no meio rural. O objetivo era modernizar o campo para superar o subdesenvolvimento nessa área. Uma das preocupações das autoridades era a educação da população rural para levar às comunidades conhecimentos que proporcionassem “um nível de vida compatível com a dignidade humana” (Ammann, 2003, p.48), considerando a população rural responsável pelos seus problemas sociais e pelo atraso e subdesenvolvimento. O que pretendia era criar, no meio rural, condições propícias para estabelecer as bases capitalistas, já que o projeto de desenvolvimentismo necessitava cada vez mais de produtos primários.

Contribuía, para isso, o cenário social e político, onde a superação do subdesenvolvimento era um tema muito abordado pelas ciências sociais, e o governo brasileiro dava prosseguimento ao desenvolvimentismo. O Serviço Social entendeu que em uma sociedade como a brasileira, o Desenvolvimento de Comunidade traria mais eficácia para as ações.

Nas palavras de Netto (2010),

⁸O Desenvolvimento de Comunidade surgiu na Inglaterra, em 1942, como forma de auxiliar suas colônias a conquistar independência e manter a relação de dominação. Após a Segunda Guerra Mundial, a organização das Nações Unidas institucionalizou-o numa tentativa de preservar o regime capitalista, no contexto da Guerra Fria. “O esforço de ajuda aos povos almejava um nível de vida sadio e economicamente produtivo, buscando eliminar ideologias comunistas em potencial” (Guilherme, 2012, p.133).

O Desenvolvimento de Comunidade numa perspectiva macrosocietária, supondo mudanças socioeconômicas estruturais, mas sempre no bojo do ordenamento capitalista; e, enfim, uma vertente que pensa o Desenvolvimento de Comunidade como instrumento de um processo de transformação social substantiva, conectado à libertação social das classes e camadas subalternas (Netto, 2010, 140).

Apesar do Desenvolvimento de Comunidade teoricamente ser acrítico e não aprofundar nos processos sociais, ele abre precedente para uma abordagem macro e não somente microssocial. Amman (2003) complementa que além de intelectuais que estavam vinculados com a classe dominante, surgiram intelectuais que faziam o esforço de incorporar os interesses e reivindicações das classes subalternas que defendiam “transformações estruturais capazes de alterar as relações sociais de trabalho, responsáveis pela estrutura de classes vigente no país” (Amman, 2003, p.99).

A partir dos anos cinquenta, o mercado de trabalho para o assistente social se amplia. Para Netto (2010), esse fenômeno tem relação direta com o incentivo à industrialização pesada no Brasil. É também na década de 1950, que o curso de Serviço Social é inserido no ensino superior através da lei 1.889 de 13 de junho de 1953, regulamentada posteriormente em 1954.

De acordo com Netto (2010), o golpe de abril de 1964 neutralizou qualquer discurso progressista que defendesse mudanças na estrutura da sociedade, barrando o desenvolvimento de um setor mais progressista que rompesse com o Serviço Social tradicional.

Para atender às novas exigências de desenvolvimento, o Estado vai reformular as estruturas que intervêm diretamente na questão social, principalmente na política previdenciária, trabalhista e de saúde. Isso implicou na burocratização e complexificação dos equipamentos que os profissionais estavam inseridos, que demandavam um quantitativo maior de assistentes sociais como também uma maior especialização.

Para Netto (2010), o mercado de trabalho para os assistentes sociais se consolida no Brasil no final da década de 1960 com a contratação desses profissionais por empresas de médio e grande porte, por conta da expansão industrial. O autor ressalva que:

o espaço empresarial não se abre ao Serviço Social apenas em razão do crescimento industrial, mas determinado também pelo pano de fundo sociopolítico

em que ele ocorre e que instaura necessidades peculiares de vigilância e controle da força de trabalho no território da produção (Netto, 2010, p. 122).

A reformulação do Estado e a entrada no mundo empresarial exigiram, mais uma vez, a reformulação do Serviço Social que prezava por uma prática fundada em técnicas racionais, muito diferente das práticas confessionais que eram exercidas até então.

Com efeito, as referidas condições novas reclamaram uma inteira refuncionalização das agências de formação dos assistentes sociais, apta a romper de vez com o confessionalismo, o paroquialismo, e o provincianismo que historicamente vincularam o surgimento e o envolver imediato do ensino do Serviço Social no Brasil – além, naturalmente, da expansão quantitativa das próprias agências (Netto, 2010, p.124).

É nessa década que o Serviço Social se insere no espaço universitário. As escolas, que funcionavam de forma isolada, aos poucos foram incorporadas e se tornaram “unidades de complexos universitários” (Netto, 2010, p.125). Apesar de a ditadura influenciar no quadro educacional das universidades, o Serviço Social pode desenvolver uma massa crítica, o que era impensável anteriormente. A partir desse momento, começam a aparecer divergências no que se refere à prática e à teoria, quebrando uma aparente homogeneidade da categoria.

Mesmo que aquela inserção tenha se realizado no âmbito de uma universidade domesticada, suas resultantes conformaram espaços de reflexão que foram ocupados e utilizados para gestar uma massa crítica (cuja qualidade e pertinência não podem deixar de ser problematizadas) que forneceu o patamar para o erguimento de estritas preocupações intelectuais para assistentes sociais: pela primeira vez, institucionalmente, criavam-se condições para o surgimento de um padrão acadêmico (ainda que o possível na universidade da ditadura) para exercitar a elaboração profissional, constituindo-se vanguardas sem o compromisso imediato com tarefas pragmáticas (Netto, 2010, p. 129)

A refuncionalização do Estado, a consolidação do mercado de trabalho, a exigência de qualificação e o ingresso do Serviço Social na universidade vão incidir na renovação do Serviço Social brasileiro. Netto (2010) apresenta três perspectivas que constitui o processo de renovação: a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura.

A perspectiva modernizadora tem o seu auge na segunda metade dos anos 1960, após o golpe militar. Apresenta o acúmulo profissional dos anos 1950 e

1960, mas descarta a possibilidade de transformação da ordem estabelecida. Apresenta, como caráter modernizador, a preocupação em apreender referenciais e instrumentos que possam atender as exigências e demandas do governo militar, sem questionamentos quanto às mudanças estruturais.

Essa perspectiva irá influenciar na reformulação do Código de Ética em 1965. Aparece como caráter inovador a pluralidade, considerando que “Um Código de Ética se destina a profissionais de diferentes credos e princípios filosóficos, devendo ser aplicável a todos” (CFAS, 1965). Isso demonstra também a quebra, ainda que parcial, da dominação católica na profissão, no sentido de reconhecer que seus profissionais possuem diferentes concepções teóricas e religiosas, assim como a população que atendia, como prevê o artigo 5º:

Art. 5º - No exercício de sua profissão, o assistente social tem o dever de respeitar as posições filosóficas, políticas e religiosas daqueles a quem se destina sua atividade, prestando-lhes os serviços que lhe são devidos, tendo-se em vista o princípio de autodeterminação (CFAS, 1965).

Este Código traz o incentivo ao aperfeiçoamento profissional e reconhece que a profissão apresenta uma natureza técnica-científica, ao contrário do Código anterior, que caracterizava a profissão como “ciência dos princípios e das normas que se devem seguir para fazer o bem e evitar o mal” (ABAS, 1947). Entretanto, ainda há influência de valores religiosos com a naturalização da vida em sociedade através do discurso de destino e do bem comum. Permanece, assim, o caráter acrítico da sociedade e a influência norte-americana, como aponta Carvalho Neto:

A forma como são apresentados os aspectos desses deveres fundamentais evidencia a influência positivista na concepção de sociedade, ao considerar que o trabalho profissional contribuiria com o estabelecimento da ordem social, contendo as manifestações sociais que se acentuavam no cenário político; além de considerar a divisão de classes sociais como desníveis sociais (2013, p. 92-93).

A reatualização do conservadorismo vai ganhar força a partir da segunda metade dos anos 1970, quando a perspectiva modernizadora perde hegemonia com a crise do golpe de 1964. Os setores mais tradicionais da profissão são contrários às inovações trazidas pela perspectiva modernizadora. Retorna o caráter microscópico da sua intervenção e a visão de mundo baseado no pensamento

católico tradicional. Apresenta como caráter renovador a reatualização do tradicionalismo, mas com a tentativa de “fundá-lo em matrizes intelectuais mais sofisticadas” (Netto, 2010, p. 157).

Em 1975, o Código de Ética vai sofrer novas modificações, agora sob influência dessa perspectiva. Um dos itens que merecem destaque é o efeito da ditadura no Código:

Exigências do bem comum legitimam, com efeito, a ação disciplinadora do Estado, conferindo-lhe o direito de dispor sobre as atividades profissionais – formas de vinculação do homem à ordem social, expressões concretas de participação efetiva na vida da sociedade (CFAS, 1965).

Mantem-se a preocupação com o bem comum, com a moral, acrescido de valores sociais, como honestidade e verdade. Além do neotomismo e positivismo, ganha força o pensamento fenomenológico, baseado na psicologização da prática profissional (Carvalho Netto, 2013).

A intenção de ruptura apresenta críticas ao Serviço social tradicional e conservador no âmbito teórico, metodológico e ideológico. Ela retorna ao pensamento de rupturas à ordem, onde o profissional atenda às demandas estruturais do desenvolvimento brasileiro. Esta perspectiva vai sofrer influência da teoria marxista. A crise da ditadura e o contato acadêmico com o marxismo possibilitou o desenvolvimento dessa perspectiva que, na primeira metade dos anos 80, ganha hegemonia nas discussões da categoria. Há uma aproximação do Serviço Social com a classe trabalhadora.

A crítica que se faz, nesse momento, é a apropriação equivocada das teorias de Marx, é o que Yazbek (2009) denomina de “marxismo equivocado”.

No entanto, é com este referencial, precário em um primeiro momento, do ponto de vista teórico, mas posicionado do ponto de vista sócio-político, que a profissão questiona sua prática institucional e seus objetivos de adaptação social ao mesmo tempo em que se aproxima dos movimentos sociais (Yazbek, 2009, p.9).

A matriz teórica que ganha hegemonia nas produções e discussões da categoria, presente até os dias atuais, é a teoria social de Marx, que apreende os fatos como indicadores e analisa dialeticamente a realidade levando em consideração a totalidade e as relações sociais no âmbito da sociedade capitalista (Yazbek, 2009). Isso vai influenciar na própria leitura que a profissão tem dela

mesma: entende-se que a profissão está “inserida na dinâmica das relações sociais participando do processo de reprodução dessas relações” (Yazbek, 2009, p.10-11).

Iamamoto (2012) considera que a década de 1980 representa um salto de qualidade no Serviço Social com a consolidação da pós-graduação, o aumento da produção científica, agências de fomento reconhecem as atividades de pesquisas, reformulação do currículo mínimo para a graduação, a categoria se organiza através de sindicato, entre outros. Nesse período, é possível observar uma ruptura com o conservadorismo da profissão, pelo menos no plano teórico. Nas palavras da autora, “os anos 1980 marcam a travessia para a maioria intelectual e profissional dos assistentes sociais, para a sua cidadania acadêmico-política” (Iamamoto, 2012, p. 109).

Em 1986, o Código de Ética é revisto, rompendo totalmente com os Códigos anteriores, com o neotomismo, com o positivismo e com a fenomenologia. Ele é criado por influência da teoria marxista, negando a naturalização da sociedade, o rompimento com conceitos abstratos e religiosos em torno de Deus e do bem comum.

Brites *et al* (2012) afirma que a reflexão ética é importante para que a profissão identifique os limites e possibilidades da atuação profissional.

Neste sentido, o desafio apontado para a profissão no bojo das relações sociais, quando analisado pela ótica da reflexão ética, nos aponta para como deveria ser esse profissional, que entendemos como comprometido com a classe trabalhadora e ao mesmo tempo reprodutor, na medida em que sua força de trabalho é requisitada para a prestação de serviços sociais que, por intermédio do Estado, dão manutenção ao poder hegemônico do capital sobre o trabalho (Brites *et al*, 2012, p.151).

Essa mudança de postura esteve conectada com o movimento de redemocratização do país, num momento de crise da ditadura, que culminou na elaboração e aprovação da Constituição Federal de 1988. A conjuntura econômica do Brasil não era favorável, apresentava um aprofundamento da dívida pública, altos índices inflacionários e estagnação econômica, o que a CEPAL considerou como a “década perdida” do ponto de vista econômico. Essa conjuntura agravou a desigualdade social com o aumento significativo da pobreza.

Apesar do processo de redemocratização e de efervescência política nos anos 1980, a década de 1990 será marcada pelo retrocesso dos direitos conquistados pela Constituição Federal de 1988. A década é marcada pela adoção

de medidas neoliberais no Brasil. Tendo como norte a ideia de Estado mínimo, faz-se uma reforma no aparelho estatal, limitando sua área de atuação somente onde é considerado necessário, onde parte do patrimônio público foi privatizada. Parte das políticas sociais é delegada à filantropia (o chamado terceiro setor⁹) e os programas sociais se tornaram cada vez mais focalizados e seletivos. Esse período também é marcado pelo aumento do desemprego e do setor informal.

O Serviço Social vai apresentar nessa década um amadurecimento intelectual:

É fundamental assinalar que as transformações societárias que caracterizam esta década, vão encontrar um Serviço Social consolidado e maduro na sociedade brasileira, uma profissão com avanços e acúmulos, que, ao longo desta década construiu, com ativa participação da categoria profissional, através de suas entidades representativas um projeto ético político profissional para o Serviço Social brasileiro (Yazbek, 2009, p. 18).

Silva (2009) complementa:

Com efeito, os profissionais de Serviço Social vêm se dedicando, crescentemente, à investigação social de largo alcance histórico, científico e técnico sobre as mais diversas expressões da questão social, apresentando hoje um vasto acervo de produções que contemplam as lutas por direitos sociais, as políticas sociais, as estratégias de reestruturação econômica e a reforma do Estado, as tendências em torno da chamada responsabilidade social, o meio ambiente, as relações de gênero e étnicas, entre outras temáticas (Silva, 2009, p.449).

Esse amadurecimento profissional ajudou a superar alguns equívocos. O Serviço Social na década de 80 priorizou o debate teórico em detrimento da prática, como registra Gentili (2012): “superestimou-se o papel da crítica ideológica e subestimou-se a importância das determinantes empíricas fundamentais para a formação profissional” (Gentili, 2012, p.156).

Segundo Barroco (2012), apesar do Código de 1986 representar um avanço para a categoria, era necessário superar alguns equívocos. Do ponto de vista teórico, ao determinar a vinculação a uma determinada classe, o Código pressupõe que ela tenha valores positivos desconsiderando “a historicidade das escolhas morais, tendo em vista que elas são perpassadas pela alienação e por valores que

⁹“Ampla conjunto de organizações e iniciativas privadas, não lucrativas, sem clara definição, criadas e mantidas com o apoio do voluntariado e que desenvolvem suas ações no campo social” (Yazbek, 2009,p.16).

nem sempre correspondem às necessidades de uma classe” (Barroco, 2012, p. 145).

Do ponto de vista filosófico, a autora menciona que, ao se vincular à classe trabalhadora, o Código desconsidera posições divergentes, sem respeitar a pluralidade presente na categoria.

Num Código de Ética, o compromisso deve ser com os valores e não com classes, grupos, indivíduos, isto é, não cabe num Código de Ética prescrever quem são os sujeitos portadores desses valores (Barroco, 2012, p.147).

Para que esses equívocos fossem superados, o Código foi reformulado em 1993. Paiva e Sales (2012) mencionam que uma das preocupações na reformulação do Código de 1986 foi garantir o caráter político e educativo, mas sem deixar de lado o aspecto normativo e punitivo, pois considerava-se que este apresentava um caráter político e educativo em detrimento da dimensão normativa.

O avanço do neoliberalismo nos anos 1990, obrigou a profissão a interpretar a nova dinâmica da sociedade brasileira. O Código de 1993 buscou incorporar como princípios fundamentais:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;

- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física (CFESS, 1993).

Na contramão das perdas de direitos na década de 1990, o Código de ética engloba valores como a liberdade, cidadania, equidade, por exemplo, como forma de se contrapor as transformações da sociedade brasileira na era neoliberal. Mesmo apresentando um caráter normativo, o Código de 1993 reafirma o posicionamento político da profissão que é a favor de uma determinada classe social e de um projeto societário.

Segundo Netto (2006),

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático –considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (Netto, 2006, p.156).

De acordo com o autor, a categoria não é homogênea e há diversos projetos profissionais com visões diferentes do atual projeto profissional. As mudanças que ocorrem na sociedade, como o avanço do neoliberalismo, colocam em questão o projeto profissional atual, como afirma Netto: “Do ponto de vista neoliberal, defender e implementar este projeto ético-político é sinal de “atraso”, de “andar na contra-mão da história” (2006, p.159).

2.2

Desafios para o exercício profissional

Iamamoto (2009) afirma que o exercício profissional é permeado de contradições e interesses distintos: atende aos mecanismos de exploração e dominação e também às necessidades e aos interesses da classe trabalhadora. A autora indica como desafio para o profissional conseguir apreender a totalidade e como se apresenta as desigualdades sociais para criar estratégias de resistência, de defesa aos direitos e a vida, ao contrário de uma prática profissional rotineira, acrítica e alienada. Mais do que mero reprodutor de tarefas, o assistente social deve refletir sobre sua prática, apreendendo o movimento da realidade para

propor, negociar e defender suas qualificações, atribuições profissionais e projetos de intervenção. A autora declara que um dos desafios da profissão é transformar o projeto ético político em “um guia efetivo para o exercício profissional” (Iamamoto, 2009, p.29).

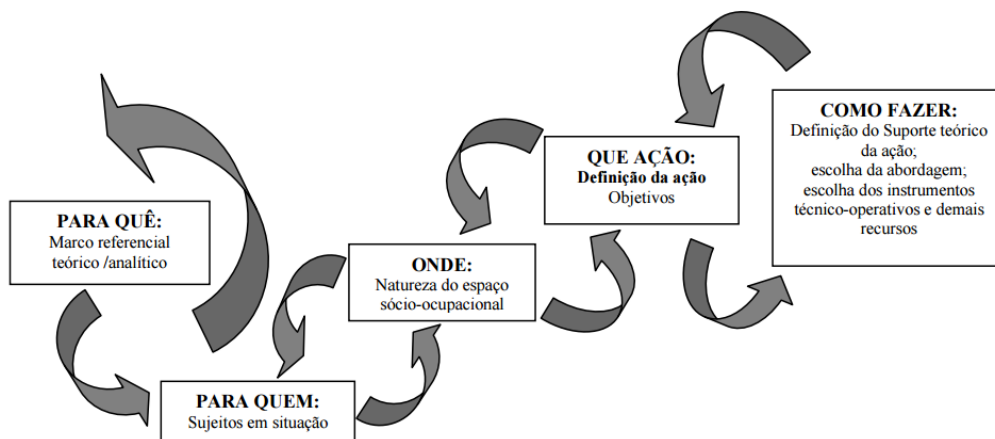
É importante salientar que a categoria não é homogênea e há uma parcela de profissionais que criticam a efetividade do projeto ético político. Mota (2014) identifica como questionamento mais frequente o caráter utópico do projeto profissional, uma vez que a dificuldade de materialização dos princípios e valores defendidos seria difícil numa sociedade capitalista, com uma direção neoliberal, desmonte de políticas sociais e precarização do trabalho, inclusive do trabalho do assistente social. Corroborando com essa ideia, Boschetti (2015) afirma que

Este é um tema recorrente no campo do Serviço Social, pois, não raro, análises conservadoras reiteram que existiria um fosso entre um projeto de formação baseado na teoria crítica marxista e uma prática profissional que não incorporaria essas referências teóricas e incorreria em trabalhos profissionais conservadores e reiterativos (Boschetti, 2015, p.638).

Santos (2010) aponta para um discurso dentro do Serviço Social que “na prática, a teoria é outra”, afirmando que a teoria marxista não instrumentaliza os assistentes sociais para a realização da prática profissional. Esse discurso revela a dificuldade de apreender a relação entre teoria e prática, uma está imbricada na outra. Segundo Santos (2010), a intervenção profissional é composta pelas dimensões teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativa e que elas devem ser trabalhadas em unidade. Com a consolidação do processo de renovação do Serviço Social na década de 1980, houve a preocupação com o avanço teórico-metodológico, deixando a dimensão técnico-operativa em segundo plano. Na década de 1990, tentou-se superar essa lacuna, mas a autora considera que “a lacuna existente hoje quanto à questão dos instrumentos e técnicas dos assistentes sociais no Brasil advém de uma incorporação equivocada e não satisfatória da relação teoria e prática na concepção do materialismo histórico-dialético” (Santos, 2010, p.4).

O que se deve considerar é que um referencial teórico não deriva, de imediato, instrumentos e técnicas para intervenção, mas ele contribui e é condição necessária para a escolha dos instrumentos mais adequados à ação (Santos, 2010, p.5).

Ilustração 1 - Ação profissional em movimento: articulação entre as dimensões teóricas, éticas e técnicas do Serviço Social



Fonte: Miotto apud Miotto e Lima (2009)

Essa ilustração foi apresentada por Miotto e Lima (2009) para exemplificar as mediações necessárias entre teoria e prática. Para as autoras, é fundamental ter a articulação entre as dimensões teórica, ética e técnica. Isso demanda um caráter investigativo, já que os profissionais precisam ter conhecimentos sobre a realidade, o campo de trabalho, os sujeitos envolvidos, entre outros.

O conhecimento pressupõe, necessariamente, a existência de uma atitude investigativa que permite a compreensão das particularidades existentes nos diferentes campos de exercício profissional, como na definição de ações profissionais que melhor respondam às demandas e necessidades postas pelos sujeitos (Miotto e Lima, 2009, p.37).

Outro elemento que as autoras elencam como fundamental na ação profissional é o planejamento. A partir do conhecimento da realidade é que se pode traçar os objetivos, as formas de abordagem e os instrumentos operativos. Por último, a documentação é um elemento fundamental para a sistematização da realidade e do planejamento.

Os registros permitem congrega dados que podem resultar em avanços, tanto no momento em que se analisa a intervenção, procurando estabelecer novas prioridades, reconhecer as demandas, dentre outros, quanto no momento de reflexão crítica da realidade, dos espaços sócio-ocupacionais e de seus processos de trabalho, no intuito de ampliar o escopo de conhecimentos sobre a profissão e a sociedade (Miotto e Lima, 2009, p. 37).

Como abordado no início do capítulo, para compreendermos a profissão temos que considerar a conjuntura social que ele está inserido, uma vez que, o Serviço Social está inserido na dinâmica da sociedade, qualquer mudança nesta afetará a prática profissional. O advento do neoliberalismo, no Brasil, trouxe grandes consequências, principalmente sociais, para o país, como abordado no item anterior. O que isso afeta no Serviço Social? Vejamos.

Uma das consequências advindas pela consolidação do ideário neoliberal é a modificação das relações de trabalho. Segundo Behring (2008), em nome da competitividade e para a atração de investimentos, flexibiliza-se os contratos de trabalhos, o que provoca a subcontratação (terceirização), a substituição de força de trabalho por maquinarias e tecnologia, o que resulta no desemprego estrutural.

As políticas sociais, no contexto do neoliberalismo, são consideradas paternalistas, prejudicam a liberdade de mercado, aumentam o valor do trabalho e, por isso, devem ser acessadas através do mercado. Isso significa que o Estado não deve investir em proteção social, o que leva na perda dos direitos sociais. O pouco que se investe deve ser utilizado de forma pontual e fragmentada, sem que haja articulação entre as ações. Dessa forma, o Estado diminui o seu tamanho transferindo sua responsabilidade com o social para segmentos da sociedade civil, como ONGs, instituições filantrópicas e ações sociais desenvolvidas por empresas, e dessa forma, pode direcionar seus gastos para atender aos interesses privados.

Outra forma de diminuir o tamanho do Estado é a privatização de empresas públicas. No neoliberalismo, o Estado não deve atuar em atividades econômicas e deve passar as empresas estatais para a iniciativa privada, sob alegação da sua ineficiência, seja pela sua incapacidade de gerir recursos, ou pela influência política que prejudica os interesses comerciais.

A flexibilização dos contratos de trabalho traz como resultado a precarização das condições de trabalho através da terceirização e de contratos baseados no trabalho autônomo, onde o valor da remuneração acaba sendo mais baixo. Juntamente com a redução do emprego, isso acarreta no empobrecimento da população que resulta no aumento da demanda por serviços públicos, já que não consegue prover sozinha suas necessidades, logo, aumenta também o público atendido pelo Serviço Social. Como o Estado tem por objetivo diminuir gastos, os

recursos destinados às políticas sociais são insuficientes para atender as demandas da população, tornando limitada a ação profissional.

Historicamente, o maior empregador de assistentes sociais é o Estado. Todas as mudanças no âmbito do trabalho, das políticas sociais e da estrutura do Estado, não afeta somente os seus usuários, mas também o próprio assistente social. Como profissional liberal, o profissional vende sua força de trabalho e está sujeito às modificações ocorridas no mercado de trabalho. Muitos assistentes sociais passam a ser empregados sob contratos temporários, ou muitas vezes, sem contrato de trabalho algum, demonstrando as relações frágeis de vínculos de trabalho. Assim, os profissionais se deparam com baixos salários e dificuldades para dar continuidade nas ações desenvolvidas.

Inegavelmente, existe um processo de renovação de quadros profissionais no Serviço Social brasileiro: trata-se de um segmento jovem que vivencia a instabilidade e a desproteção social do trabalho: ocupa postos de trabalhos precarizados e encontra-se mais permeável à ofensiva tecnicista, pragmática e anti-intelectual, derivada da massificação do ensino e das pedagogias e metodologias de ação institucionais (Mota, 2014, 702).

Behring (2015) menciona o avanço do conservadorismo dentro do Serviço Social, que apesar de perder hegemonia teórica, ainda permanece presente na profissão, e que reaparece principalmente em tempos de crise. Tem como ênfase o tecnicismo e a empiria, valorizando a utilização técnicas e instrumentos, em detrimento de uma teoria mais crítica sobre a realidade. Pressupõe uma neutralidade da prática profissional. Remontando às antigas características do Serviço Social.

Iamamoto (2009) apresenta mais um elemento para nossa reflexão: “o exercício da profissão é tensionado pela compra e venda da força de trabalho especializada do assistente social, enquanto trabalhador assalariado, determinante fundamental na autonomia do profissional” (Iamamoto, 2009, p. 31). A autora atenta para as limitações trazidas pela condição de assalariamento, visto que seus empregadores (público ou privado) estabelecem parâmetros institucionais e trabalhistas, como jornada de trabalho, salário, índices de produtividade, assim como, as funções que deverão ser desenvolvidas, os recursos financeiros, materiais e humanos. Esses fatores condicionam e limitam o fazer profissional de acordo com os interesses do empregador.

Essas reflexões serão importantes para refletirmos nas práticas profissionais, principalmente nos casos de denúncias contra assistentes sociais, tema que será abordado no capítulo 4, na qual será analisado o caso de remoção na localidade da Vila Autódromo e as denúncias contra a ação de assistentes sociais.

3

Serviço Social e a Política de Habitação

A habitação é um tema muito complexo, pois não diz respeito somente a construção da casa. Nela está envolvido o solo, a localização, a disponibilidade de serviços, o seu valor de mercado, a legislação existente, entre tantas questões. Por ser uma das mercadorias mais caras, é necessário ter investimentos públicos para que a população, principalmente a parcela mais empobrecida, consiga ter acesso à moradia.

Seu preço é muito maior do que os salários médios, e por isso o comprador demora muitos anos para pagá-la ou para juntar o valor que corresponde ao seu preço. Dizemos que é uma mercadoria que tem longo período de circulação e por isso exige o financiamento prévio para o consumo, pois em geral os trabalhadores não dispõem de tanto dinheiro à vista (Maricato, 2002, p.46).

Para Holz e Monteiro (2008), o processo de urbanização brasileiro se deu de forma excludente, impossibilitando o acesso de grande parte da população à moradia. A falta de recursos e de investimentos por parte do Estado resultou na ocupação de encostas, morros, áreas abandonadas e/ou afastadas da malha urbana e precariedade das moradias e da qualidade de vida. As condições precárias de moradia afetam também os demais direitos, já que há uma interdependência entre os direitos, ou seja, a efetivação de um direito acontece de forma conjunta com outros direitos.

Uma pessoa não pode ser privada de uma moradia nem impedida de conseguir uma, cabendo ao Estado promover tanto a defesa desse direito quanto a sua garantia e efetivação em relação àqueles que não a têm. O direito de ter uma moradia digna tem o mesmo grau de importância dos direitos à vida e à saúde, pois se completam e se refletem diretamente na personalidade dos atores sociais, abrangendo a esfera moral e material – certamente não se pode conceber dignidade em um ser humano vagando nas ruas sem moradia digna (Rangel e Silva, 2009, p.65).

Em âmbito nacional o direito à moradia está previsto no artigo 6º da Constituição Federal, inserido através da Emenda Constitucional nº26, de 2000. Contudo, o déficit habitacional brasileiro atinge mais de 6 milhões de famílias¹⁰.

¹⁰Dados divulgados pela Fundação João Pinheiro da pesquisa realizada em parceria com o Ministério das Cidades, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio do Programa Habitar/Brasil/BID. Disponível

Nascimento e Braga (2009) apresentam críticas ao entendimento do déficit habitacional somente orientado por valores numéricos. Para as autoras, havia um estoque no país de seis milhões de domicílios vagos, em 2005, o que demonstra uma má distribuição de moradias, como a incapacidade de famílias em acessar o mercado imobiliário, por conta do baixo poder aquisitivo. Isso demonstra a importância das políticas públicas para garantir o direito à moradia previsto na Constituição Federal de 1988.

Neste capítulo realizaremos, de forma breve, um apanhado histórico sobre como se deu a política habitacional no Brasil até os dias atuais. Nesta análise será possível observar as diferentes posições do Estado em cada contexto histórico e o impacto no campo da habitação. Em um segundo momento, iremos relacionar as políticas de habitação com a atuação profissional do assistente social, observando as mudanças na prática profissional já abordadas no capítulo anterior.

3.1

Breve apanhado histórico sobre a política de habitação

Segundo Maricato (2002), o problema da habitação emerge no final do século XIX, com o fim da escravatura e a formação de mão de obra livre. Com o acesso à terra negado, inicia-se o processo de migração do campo para a cidade. O baixo poder aquisitivo da população e a ausência de políticas públicas justificam a enorme construção informal de moradias no início do século XX. Grandes empresas imobiliárias focaram na divisão do solo para comercializar lotes em áreas periféricas. Da mesma forma, observa-se incorporadores pequenos e médios que investiram na construção de pequenas habitações para alugar, como, por exemplo, vilas, corredores de casas, cortiços.

Segundo Silva (2015), até o início do século XX, os empresários foram responsáveis pelas primeiras ações de promoção de habitação para o operariado. Guiado pelos princípios liberais, o Estado intervia somente em situações extremas. Ficava à cargo da iniciativa privada a construção de casas para os operários, através de incentivos realizados pelo Estado. As vilas operárias eram construídas pelos próprios industriais e eram alugadas ou cedidas aos seus

trabalhadores. Elas barateavam o custo da força de trabalho, mantendo os salários baixos e exercia o controle sobre os operários.

Durante a República Velha, a tendência do Estado e da elite dominante foi sempre considerar as vilas operárias como iniciativa modelar a ser estimulada, pois garantiam condições digna de moradia, superando a insalubridade dos cortiços, sem exigir a intervenção do poder público e, ainda, proporcionando um controle ideológico, político e moral dos trabalhadores, muito bem visto frente ao sempre presente tema de uma revolta operária (Silva, 2015, p.94).

Na década de 1920, de acordo com Maricato (2002), o crescimento domiciliar não acompanha o crescimento demográfico, o que significa que um número maior de pessoas estava ocupando o mesmo domicílio. Os baixos salários dos trabalhadores faziam que o trabalhador não encontrasse alternativas para sua subsistência. Como a habitação consome uma parcela importante do seu salário, gerou-se insatisfações por parte dos trabalhadores e por parte de industriais que reclamavam do aumento do custo de reprodução que incide nos salários. Em 1922, é aprovada a primeira lei do inquilinato, que além de controlar os preços dos aluguéis,

Entre outras medidas, aumenta a regulação sobre o uso do solo e a construção de edificações, de modo a garantir condições para a viabilização do capital de promoção imobiliária (monopolização sobre a terra), que dava seus primeiros passos com a construção de edifícios de escritórios e apartamentos (Maricato, 2002, p.34).

A partir da revolução de 1930, o Estado passa a estimular a industrialização no país através “da produção da infraestrutura (aço, petróleo, rodovias, etc.) e de subsídios ao capital industrial e ao desenvolvimento do mercado interno” (Maricato, 2002, p35). O que influenciará no desenvolvimento do processo de urbanização no Brasil. Neste período, observa-se um aumento da população urbana, reforçando o exército industrial de reserva, permitindo, assim, o aumento da força de trabalho disponível, garantindo assim a acumulação e reprodução do capital. Essa medida intensificou ainda mais a migração do campo para a cidade (Silva, 2015).

A população urbana cresce e o problema de habitação se agrava. Em 1937, são criadas as Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Pela primeira vez, o Estado, mesmo que indiretamente, passa a atuar no

mercado habitacional. Recursos dos IAPs tinham como destinação o financiamento ou a produção de habitações.

Como as Carteiras prediais eram destinadas prioritariamente aos seus “sócios”, em 1946, foi criada a Fundação da Casa Popular “com o objetivo de viabilizar uma política habitacional de âmbito nacional para a população de baixa renda” (Silva, 2015, p.96). A Fundação foi baseada em uma tentativa do Governo Dutra de esvaziar a influência exercida pelas IAP’s e sindicatos na questão da moradia. Diante da dificuldade de obter recursos, os resultados alcançados pela Fundação nunca foram representativos e ficaram muito aquém do número de moradias produzido pelos IAP’s.

Silva (1989) afirma que, à partir da década de 1940 o padrão de habitação popular, que era baseado no aluguel de cortiços passa para um modelo de periferação, principalmente pelo trinômio “loteamento-autoconstrução-casa própria” (p.30). A autora chama a atenção para as diferentes formas de resolver o problema da habitação. Enquanto a solução que predominou em São Paulo foi o loteamento e a autoconstrução, no Rio de Janeiro a favela será a principal alternativa.

Na tentativa de limitar o custo da reprodução da mão de obra e no contexto da Segunda Guerra, o governo Vargas, em 1942, congela o valor dos aluguéis. A legislação do inquilinato sofreu alterações, mas o princípio de controle do Estado do mercado rentista perdurou até o golpe militar, em 1964. Como uma parcela importante da população não tinha como acessar o mercado imobiliário, a solução foi a autoconstrução e a favela.

Com essas medidas, se vê a política do Estado Novo incentivando a difusão da propriedade privada entre a classe média e os trabalhadores melhor remunerados, deixando ao segmento carente da população o ônus de buscar solução para sua moradia, o que é encontrado a custo de elevado sacrifício e falta de conforto impostos pela prática da autoconstrução e pela vida na favela (Silva, 1989, p. 39-40).

Maricato (2002) acrescenta:

O loteamento irregular na periferia, ou a pura e simples ocupação ilegal de terra (ou mangues), e a auto-construção da moradia tornaram-se as opções mais importantes para a provisão de moradia dos migrantes nas grandes cidades (Maricato, 2002, p. 37).

A expansão dos ramais de trens e, posteriormente, das linhas de ônibus, permitiu a expansão dos loteamentos e a construção em áreas periféricas. De acordo com Maricato (2002), em relação à São Paulo, “o trinômio loteamento ilegal/autoconstrução/serviço de ônibus foi responsável pela formação das extensas periferias urbanas durante, no mínimo, meio século” (p. 37). A ocupação da periferia não foi acompanhada de serviços como pavimentação, água, iluminação, saneamento básico, o que demonstra a precariedade das condições de vida nessas áreas.

A localização geográfica das classes populares fora da cidade decorre, como se viu anteriormente, do fato de a “escolha” do local de moradia ser condicionada por uma restrição sobretudo financeira, que provoca a segregação dessas classes como decorrência intrínseca do capitalismo, reforçada pela ação do Estado, uma vez que o capitalismo, industrialização e proletarianização são fenômenos imbricados (Silva, 1989, p. 34).

A década de 1950 vai ser marcada pelo desenvolvimentismo e pela expansão da indústria de bens duráveis, trazendo profundas mudanças para a sociedade brasileira. Segundo Maricato (2002), o bem que mais provocou a transformação urbana na época foi o automóvel, pois, para estimular a indústria automobilística, os investimentos públicos tinham como prioridade a realização de obras viárias. Isso provocou uma maior segregação espacial e social, ou, nas palavras de Maricato, a segregação entre “a cidade oficial e a periferia” (Maricato, 2002, p.38).

Para Silva (1989), o período de 1956-1960, correspondente ao governo de Juscelino Kubitschek, foi o que mais deixou a habitação popular em segundo plano. Nesse período, as condições de habitação pioraram para a parcela mais pauperizada da população, já que se acentuou o processo de urbanização provocado pela deterioração da vida do campo, pelo projeto desenvolvimentista em curso e com o mercado imobiliário voltado para a classe média.

Ao assumir o poder, o governo militar (1964-1985) questiona alguns direitos adquiridos pela classe trabalhadora e reforça a exploração dos trabalhadores. Para conseguir legitimidade junto às camadas populares, a ditadura militar se volta para questão habitacional e cria o Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, com o intuito de gerir e financiar a política habitacional em âmbito nacional.

De acordo com Cardoso e Aragão (2013), o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), criado em 1966, junto, com o Sistema Financeiro de Poupança e Crédito (SBPE) foram os principais instrumentos utilizados para o financiamento habitacional. O FGTS era responsável por investimentos na área da habitação para o segmento de baixa renda e para o financiamento em saneamento ambiental. O SBPE, que se tratava dos recursos das cadernetas de poupança, eram destinados para financiamento habitacional para o segmento de renda média. Os recursos do FGTS e do SBPE foram geridos pelo Sistema Financiamento da Habitação (SFH) e contribuíram para que o BNH fosse, em poucos anos, o segundo maior banco do país (Silva, 1989).

Para Medeiros (2010),

O incentivo à economia era a grande meta do BNH. Diante da crise econômica, a criação de um banco que incentivasse a construção civil era propício. A construção civil é um dos ramos da indústria que mais gera emprego, devido a sua alta demanda por mão-de-obra. Com a criação do BNH, desejava-se atrelar os imperativos econômicos e políticos aos sociais (Medeiros, 2010, p.3).

Com o decorrer deste período, o BNH assume uma postura claramente empresarial, “pautando sua atenção, nesse período, pela busca de medidas que permitissem o retorno do capital empregado para posterior reinversão” (Silva, 1989, p. 59). O financiamento habitacional é direcionado para a classe média em detrimento de um mercado de habitação para as camadas mais populares. Isso acarretou no aprofundamento do problema da moradia e na segregação espacial.

Complementando esse pensamento, Silva (2015) menciona que

O Sistema Financeiro de Habitação (SFH), criado junto com o BNH (1964/86), produziu aproximadamente 4,5 milhões de moradias, sendo que somente 723 mil se destinavam para a população de baixa renda (com renda até três salários mínimos), apenas 7,7% do valor total de financiamento concedido pelo SFH destinaram-se para as camadas com renda inferior a 3,5 salários mínimos mensais. Evidencia-se o caráter mercadorizável da política de habitação ao excluir grande parte da população que ganhava até um salário mínimo a aqueles sem renda comprovada (Silva, 2015, p. 98-99).

Durante o período ditatorial, o SFH financiou 4 milhões de moradia aproximadamente. Além de financiar a moradia para as classes médias e altas, o SFH financiou obras de infraestrutura urbana e de saneamento básico. As obras e financiamentos foram realizados sob forte influência dos interesses de

empresários de incorporações imobiliárias e da construção. A ampliação do sistema viário proporcionou o crescimento do mercado de terras.

Maricato (2002) afirma que a queda de moradias de aluguel ocorreu juntamente com o aumento da população moradora em favelas.

Sem poder aquisitivo para comprar a moradia no mercado imobiliário privado, sem oferta significativa de moradia subsidiada financiada pelas políticas públicas, incapaz de atender ao aumento dos alugueis, a massa trabalhadora urbana recorre à compra do terreninho irregular, ou constrói no terreno de parentes, ou invade terras que em geral são públicas (Maricato, 2002, p. 50).

Em 1986, o BNH foi extinto deixando uma dívida alta para o Tesouro nacional.

Este sistema funcionou a contento durante cerca de 15 anos e entrou em crise no início dos anos 1980. A crise foi causada pelo efeito combinado da política recessiva adotada pelo governo militar e a da inflação elevada do início da década de 80, causando aprofundamento da inadimplência dos financiamentos concedidos pelo sistema e também a redução na capacidade de arrecadação tanto do FGTS e quanto do SBPE (Cardoso e Aragão, 2013, p.18).

A crise financeira e o interesse do governo federal em utilizar os recursos do FGTS com outras finalidades políticas, fizeram queo BNH fosse extinto, ficando a Caixa Econômica Federal com suas atribuições.

Silva (2015) sinaliza que o início do período da Nova República (1985-1994) foi um período economicamente difícil, com a inflação alta e o desemprego em massa. Muitos se endividaram, tornaram inadimplentes e perderam suas moradias. O autor afirma que durante o governo Collor (1990-1992), a política habitacional tinha o caráter clientelista, os recursos eram utilizados de acordo com os aliados políticos.

Corroborando com o autor, Cardoso (2003) afirma que

A atuação do governo Collor na área da habitação, seguindo um padrão que se institucionaliza desde o governo Sarney, foi caracterizada por processos em que os mecanismos de alocação de recursos passaram a obedecer preferencialmente a critérios clientelistas ou ao favorecimento de aliados do governo central. Essa foi a característica do Plano de Ação Imediata para a Habitação, lançado em 1990, que se propunha a apoiar financeiramente programas de construção de unidades e de oferta de lotes urbanizados, para atendimento de famílias com renda até 5 salários mínimos (Cardoso, 2003 ,p. 10).

A utilização indiscriminada de recursos do FGTS, durante o governo Collor, impossibilitou o investimento na habitação por dois anos por conta do rombo deixado. O autor menciona que seu sucessor, Itamar Franco, apresentou em seu discurso ter como prioridade a conclusão das obras iniciadas no governo anterior e criou o “Programa Habitar Brasil” e “Morar Município”, que, além de serem mantidos com recursos do orçamento, também eram mantidos com o Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF). A conjuntura econômica não possibilitou um investimento significativo na política habitacional.

O Governo de Fernando Henrique Cardoso (1993-2002) foi marcado pelo ajuste fiscal, com a contenção de despesas, que, conseqüentemente, atingiu o setor da habitação. A Caixa Econômica Federal estabeleceu critérios mais rígidos para liberar crédito aos municípios, que por conta da crise não tinham capacidade de endividamento. Somente municípios com mais recursos conseguiram acesso ao crédito, sendo que os municípios mais empobrecidos não puderam contar com investimentos externos para promover ações na área habitacional.

Excetuando-se os financiamentos internacionais, como o programa Habitar-Brasil/BID, gerenciado pelo governo federal e que redistribui recursos para os municípios, os empréstimos habitacionais estão hoje limitados à atuação do setor privado, através do Programa de Arrendamento Residencial, ou aos empréstimos individuais, como o Programa Carta de Crédito. Em ambos os casos não se atingiu o objetivo principal de atender às populações de menor renda (Cardoso, 2003, p.12).

Será no governo de Lula (2003-2010) que a política habitacional vai ganhar novos contornos, principalmente com a construção de um volume significativo de moradias. No início do seu governo, foi criado o Ministério das Cidades, que segundo Bonduki (2008), foi o órgão mais importante para a política de habitação, desde o BNH. Composto por quatro secretarias: Habitação, Saneamento, Transportes e Mobilidade, e Programas Urbanos. A criação deste Ministério vai ao encontro à agenda dos movimentos sociais que debatiam sobre as questões urbanas no país.

O Ministério das Cidades foi criado com o caráter de órgão coordenador, gestor e formulador da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, envolvendo, de forma integrada, as políticas ligadas à cidade, ocupando um vazio institucional e resgatando para si a coordenação política e técnica das questões urbanas (Bonduki, 2008, p.96).

Bonduki (2008) aponta como um dos principais avanços da nova política, a construção de instâncias para a participação e controle social na política urbana com a criação do Conselho Nacional das Cidades (CNC).

Cardoso e Aragão (2013) apontam que a Secretaria Nacional de Habitação propôs uma nova estruturação para o Sistema Nacional de Habitação, desenvolvendo as bases normativas e institucionais para a política. Mas a concretização dessas medidas foi impedida pela equipe econômica do governo, principalmente quanto à criação de um Fundo para a habitação, o que limitou a atuação do Ministério.

[...] de uma maneira geral, a área econômica é avessa à criação de fundos, posto que eles segregam recursos e reduzem a liberdade que os gestores do orçamento têm na utilização dos recursos (Bonduki, 2008, p.98).

A troca de ministro para atender interesses políticos, fez com que o Ministério das Cidades perdesse o caráter progressista, “reduzindo sua capacidade de desenvolver uma política urbana com autonomia e dentro de um enfoque mais universalista” (Cardoso e Aragão, 2013, p.33).

Apesar da criação de algumas medidas destinadas à área da habitação como Crédito Solidário, Programa de Aceleração do Crescimento, Urbanização de Favelas¹¹, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi o carro-chefe da política de habitação durante esse governo e o governo Dilma. Segundo Moreira (2013), mesmo que não se tenha avançado em relação à política urbana, a política habitacional, desenvolvida pelo governo Lula e Dilma, viabilizou a produção de um volume relevante de moradias, ainda mais se comparado com os governos anteriores.

O PMCMV surgiu em 2009, em meio a um contexto de crise econômica mundial. Com o intuito de estimular a economia, principalmente no setor da construção, cria-se o programa, destinado a atender o mercado habitacional para famílias de até 10 salários mínimos. Além de subsidiar a moradia, o programa também oferta créditos para aquisição e produção de habitações a juros mais baixos. De acordo com Cardoso e Aragão (2013), essa foi uma forma encontrada

¹¹Conferir em Cardoso e Aragão (2013) e Moreira (2013).

para estimular o setor imobiliário e da construção civil, que estavam sofrendo os impactos da crise.

O PMCMV beneficiou muito mais ao setor privado do que propriamente a população de uma forma geral. O discurso de tentar resolver o déficit habitacional através da iniciativa privada movimentou o mercado imobiliário, mas deixou muito a desejar quanto à resolução do déficit habitacional no Brasil. Sem contar com as denúncias da péssima qualidade dos materiais empregados nas obras. Não houve articulação com outras políticas, principalmente a política urbana, perdendo a proposta inicial do Ministério das Cidades.

Podemos observar que a política habitacional, no Brasil, sempre esteve subordinada aos interesses de mercado, o que acarretou no agravamento do problema de moradia no país. Segundo Moreira (2013), o déficit habitacional em 2008 era maior que 5,5 milhões, sendo que 89,6% deste total se concentravam em famílias com renda mensal de até três salários mínimos, ou seja, a parcela mais empobrecida da população brasileira. Tudo indica que no governo Temer, que tem apresentado medidas mais austeras em relação às políticas sociais, haja uma diminuição ou congelamento da produção de moradias proporcionada pelo PMCMV.

3.2

A política habitacional e os assistentes sociais

Segundo Gomes (2001), a prática do Serviço Social na habitação se dá nos anos 40 com a intensificação da favelização, resultado do aumento populacional provocado pela industrialização. Como analisado no capítulo anterior, nesse contexto histórico a profissão sofria influência do Serviço Social franco-belga e norte-americano constituindo uma perspectiva tradicionalista. Em consonância com os interesses do Estado, os assistentes sociais desenvolveram uma prática educativa para o disciplinamento da população em relação ao seu local de moradia, considerando que a população mais pauperizada era dependente de intervenção social.

O trabalho do assistente social, nesse contexto, apresentava uma prática de viés controlador e reprodutor do discurso higienista (abordado no primeiro capítulo), principalmente junto à população mais empobrecida residentes em

favelas. Um dos trabalhos realizados com os moradores das favelas, foi o reassentamento da população favelada nos parques proletários, mencionados no primeiro capítulo. Valladares (2011) aponta que o papel das assistentes sociais era contribuir para a adequação e controle da população realojada às novas condições de vida, exercendo um papel educador e fiscalizador.

Outros trabalhos realizados com a população de favelas ocorreram na Fundação Leão XIII em Cruzada São Sebastião.

A Fundação Leão XIII foi criada em 1946, sendo considerada a primeira grande instituição assistencial do país, tendo como objetivo atuar junto à população residente nas favelas do Rio de Janeiro. É exatamente nas favelas que o Partido Comunista ganhava força política, o que gerou grande preocupação ao Estado e à elite. O Serviço Social ficou responsável por atividades assistenciais e pela tentativa de manter a população sob sua tutela. Para o Serviço Social, os problemas sociais presentes nas favelas são resumidos ao problema de educação, um problema cultural (Iamamoto e Carvalho, 2008). Segundo Silva (1989), além de ações assistencialistas, a Fundação também promoveu certa urbanização em algumas favelas com a instalação de serviços como água, luz e esgoto.

A Cruzada de São Sebastião foi outra instituição criada para atuar junto às favelas do Rio de Janeiro. Hélder Câmara fundou a Cruzada em 1955, tendo como orientação principal a urbanização de favelas.

A Cruzada São Sebastião foi uma iniciativa da Igreja católica, sob a liderança do arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro, dom Hélder Câmara. Criada em 1955, ela propunha a “urbanização” das favelas cariocas: no longo prazo, objetivava a construção de conjuntos habitacionais e a remoção das favelas; no curto, buscava ações pontuais, edificando melhorias nas comunidades (Oliveira, 2012, p.1).

As famílias removidas eram reassentadas em áreas periféricas, que, na maioria das vezes, ficavam distantes da malha urbana. A ação do assistente social apresentava um caráter persuasivo e educativo, que visava o controle político-ideológico da população favelada, desenvolvendo um controle importante para o Estado. Além disso, participava dos processos de remoções, seja na sua organização, ou no reassentamento das famílias.

O trabalho educativo, realizado pelo Serviço Social nas favelas, partia do princípio de que as populações pobres urbanas se apossavam dos recursos da moradia de

forma inapropriada. Tal concepção fundamentava-se no movimento higienista, ao mesmo tempo em que justificava a manutenção de certas populações à margem da cidade. Assim, os moradores de favelas eram considerados inadaptados, incapazes, dependentes, exigindo, portanto, uma ação social (Gomes, 2007, p.184).

Durante o período da ditadura militar (1964-1985), que os assistentes sociais vão trabalhar de fato na política habitacional. O trabalho social durante o período de 1968 a 1986 se dava, por exemplo, nas Companhias de Habitação (COHABs),¹² o Subprograma de Desenvolvimento Comunitário (SUDEC)¹³ e no Programa de Desenvolvimento Comunitário (PRODEC). Na equipe que compunha o trabalho social, estavam presentes sociólogos, psicólogos, pedagogos e assistentes sociais, com a predominância deste último. Apresentava um caráter administrativo (característica da perspectiva modernizadora abordada no capítulo anterior), uma vez que, o foco era a seleção de demandas, acompanhamento de inadimplência e a organização comunitária através da constituição de associações de moradores nos conjuntos habitacionais.

As autoras mencionam que o trabalho social era desenvolvido também pelos Institutos de orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOPs).

Por outro lado, havia o trabalho social desenvolvido pelos Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOPs), criados em todas as regiões do País, em 1966, para gerir e acompanhar o Programa de Cooperativas Habitacionais, que atendiam com habitação de baixo custo, os trabalhadores sindicalizados contribuintes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O objetivo era de orientar as cooperativas habitacionais, através de elaboração de projetos, regularização jurídica e fundiária, seleção dos candidatos, construção e entrega das obras e assessoria técnica e social, destacando-se entre eles a presença de assistentes sociais.

O trabalho social desenvolvido visava o acompanhamento aos trabalhadores, desde a constituição da Cooperativa Habitacional, a contratação e execução das obras dos conjuntos habitacionais até a mudança para a nova unidade habitacional (Paz e Taboada, 2010, p.46).

Apesar da predominância da perspectiva modernizadora, havia profissionais que apresentavam uma visão mais crítica, como por exemplo, os que trabalhavam

¹² “Entre 1964 e 1965 são criadas, em diversas cidades do país, as Companhias de Habitação Popular (COHABs), empresas públicas ou de capital misto que tinham como objetivo principal atuar na concepção e execução de políticas para redução do déficit habitacional, sobretudo através de recursos oriundos do BNH. Esse formato de empresa pública convergia com o ideal do governo da época de realizar uma política que tivesse uma gestão baseada em modelos empresariais” (Motta, 2011, s.p).

¹³O SUDEC foi criado em 1975 e a partir dele foi institucionalizado o trabalho social na habitação, em âmbito nacional. “Estruturou equipes e definiu diretrizes e o arcabouço metodológico do Trabalho Social em Habitação” (Paz e Taboada, 2010, p. 46).

nos INOCOOPs, que sofreram com a demissão em massa, por se posicionar a favor das lutas sociais da época (CFESS, 2016).

De acordo com Gomes e Pelegrino (2005), os assistentes sociais, durante este período, trabalharam na Coordenação da Habitação de Interesse de Classe Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM). O CHISAM, órgão federal, foi criado como uma resposta a organização dos favelados (a FAFEG – como visto no capítulo 1), com o intuito de acabar com as favelas no Rio de Janeiro (Silva, 1989). A CHISAM apresentava recursos técnicos e financeiros para remover e transferir a população de favelas para outras áreas da cidade. Foram removidas mais de 175 mil moradores de 62 favelas, saindo das áreas mais valorizadas da cidade, a zona sul, com destino as zonas norte e oeste (Gomes, 2015). Sobre o trabalho do Serviço Social neste contexto,

Esse trabalho realizava-se através da formação de um consenso em torno desses programas que atendiam a fortes interesses econômicos, dado que liberava lotes em áreas valorizadas da cidade para usos mais lucrativos, como hotéis e edifícios de apartamentos, estimulando a indústria da construção civil. Os recursos à participação social foram utilizados de forma acrítica e apolítica, visando à adesão dos usuários a esse tipo de intervenção. Embasavam essas intervenções - que não levavam em conta as demandas da população favelada - concepções que associavam a pobreza à recusa dos indivíduos a vender sua força de trabalho e às dificuldades de aceitar as regras do assalariado, bem como a convicção de que os problemas sociais eram de responsabilidade individual (Gomes, 2015, s.p.).

A partir da segunda metade da década de 1970, surgem diversos movimentos sociais em relação à moradia, como por exemplo: os movimentos de moradia em Belo Horizonte, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs¹⁴) em Recife, os movimentos de loteamento clandestinos em São Paulo e luta pela regulamentação fundiária e por serviços urbanos e movimentos de favelas no Rio de Janeiro. Os assistentes sociais tiveram papel importante na organização dos movimentos em favelas. Nesse momento as equipes de trabalho social passam a apoiar as reivindicações populares e se opõem às práticas de remoções. Para Paz e Taboada (2010), esses movimentos sociais influenciaram a prática dos agentes que compunham o trabalho social, que incentivavam as organizações representantes de moradores a reivindicação por diversos equipamentos públicos, por exemplo. As autoras afirmam que o trabalho social, nesse momento,

¹⁴Segmento progressista da Igreja Católica sob influxo da Teologia da Libertação, da educação popular baseado em Paulo Freire e da teoria marxista (CFESS, 2016).

adquiriu um caráter menos administrativo, com a orientação ao usuário sobre os seus direitos e deveres e incentivo a participação social. Em relação às remoções de favelas, o trabalho social tinha como finalidade mobilizar a população para o conhecimento e discussão dos projetos apresentados.

Em geral, apesar do período repressivo e do cerceamento de atividades organizativas, as programações de trabalho social objetivavam a discussão dos direitos e deveres dos cidadãos que adquiriam uma unidade habitacional, o acompanhamento da construção dos conjuntos habitacionais, a preparação para mudança, o apoio na organização da nova comunidade, a capacitação para viver em condomínio, no caso de construções verticalizadas, o apoio a organização e ao acompanhamento de grupos de interesses específicos (crianças, jovens, mulheres), a contribuição à constituição de associações de moradores, à discussão do uso e manutenção do equipamento comunitário e à integração da comunidade entre si e com o entorno. Cabe destacar, que majoritariamente os assistentes sociais lideravam e ocupavam postos de chefe e coordenação nos programas (Paz e Taboada, 2010, p.47).

O processo de democratização que inicia na década de 1970, as mudanças ocorridas no interior da profissão pelo movimento de reconceituação e a participação no Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU¹⁵), fez com que a prática profissional do Serviço Social na habitação fosse repensada, sendo incorporadas as demandas feitas pelo movimento popular, “delineando-se novos contornos para a gestão pública e a participação popular” (Gomes e Pelegrino, 2005, p.19).

Cursos de Serviço Social, como por exemplo, da Puc-SP, UFRJ e UFPA, contribuíram para experiências e discussões para a articulação entre universidades, realidade social e movimento da sociedade civil, através de cursos de extensão em favelas, loteamentos irregulares, entre outros (CFESS, 2016).

O trabalho social no do final dos anos 1980 até meados de 1990, com o Programa Habitar, criado no governo de Itamar Franco, o trabalho dos assistentes sociais “operacionalizou-se nos mutirões, na urbanização de assentamentos, na oferta de lotes urbanizados, na regularização fundiária e urbanística, nos projetos de instalação e funcionamento de redes de água e esgoto” (CFESS, 2016, p.38). Nesse momento, a categoria se mobiliza para discutir e criar seu projeto ético-político, afirmando seu compromisso com os movimentos sociais.

¹⁵ Movimento formado por movimentos sociais e sindicais e de setores progressistas da Igreja católica. “O movimento visava unificar as numerosas e diversas lutas sociais urbanas presentes nas cidades brasileiras” (Gomes, 2005, p.224).

O Programa Habitar Brasil receberá investimento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso. Uma das recomendações feitas pelo BID, está o trabalho social.

Cabe registrar que o trabalho social e a regularização fundiária foram considerados elementos estruturantes nos projetos integrados de construção de moradias, com vistas a consolidar o programa Habitar Brasil BID. Esse trabalho social apresentava três objetivos: mobilização da participação e organização da comunidade, educação sanitária e ambiental e, geração de trabalho e renda (CFESS, 2016, p.39).

Segundo Gomes (2007), as recomendações do BID apresentam um caráter tradicional, no sentido de fazer que o estímulo a participação popular legitime as ações propostas e de servir de controle dos recursos utilizados. Transfere-se a responsabilidade para as comunidades, mas sem a ampliação da cidadania.

Por outro lado, essas orientações evocam práticas ligadas ao trabalho do serviço social em seus primórdios nas favelas do Rio de Janeiro, sobretudo, quando incentivam o controle dessa população e a educação popular fundada no higienismo. Dessa forma, despolitiza-se a ação dos assistenciais e de outros profissionais e equipes de participação comunitária, reduzindo-a a um trabalho meramente técnico (Gomes, 2007, p.208-209).

Em 2009, durante o governo Lula, é regulamentado, através da Instrução Normativa 8, o trabalho social “executado em intervenções de provisão habitacional e de urbanização de assentamentos precários, no âmbito das Ações e Programas geridos pelo Ministério das Cidades” (Brasil, 2009), incluindo o PMCMV e o PAC.

Para que não seja reproduzido um trabalho meramente técnico e burocrático, cabe ao assistente social prestar e democratizar as informações referentes ao programa ou instituição no qual faz parte, suas ações devem ser realizadas de forma a garantir o exercício da cidadania, como prevê o Código de Ética Profissional. Além disso, é de suma importância o profissional fazer uma leitura abrangente da realidade social para compreender as diversas vertentes da questão social. O trabalho no âmbito da política habitacional, por exemplo, não pode ser pensado de uma forma isolada, é necessário fazer a conexão com outras políticas sociais. Isso é fundamental, principalmente com os profissionais que trabalham na gestão e formulação de programas.

Essas reflexões são importantes para compreendermos o estudo de caso que será analisado no capítulo seguinte. Como veremos a seguir, o assistente social será chamado a atuar em casos de remoções, através da coleta de informações para criação de cadastros e através do convencimento dos moradores para que deixem suas casas.

4

O caso da Vila Autódromo

Neste capítulo iremos analisar o processo de remoção na Vila Autódromo, uma das muitas favelas removidas no contexto da preparação para os grandes eventos sediados na cidade. A Vila Autódromo ganhou grande visibilidade através da resistência dos moradores e o apoio de vários segmentos da sociedade. Em 2011, o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-RJ) divulgou uma matéria¹⁶ sobre algumas denúncias que envolviam a atuação de assistentes sociais, na Vila Autódromo, com o preenchimento de cadastros sem revelar a verdadeira finalidade. Os relatos descreviam que se tratava de um cadastro para o preenchimento de fichas necessárias para pleitear programas sociais. Com a finalidade de entender com mais clareza como se deu o processo de remoção das famílias residentes nessa localidade e refletir sobre a atuação profissional nos casos de remoção, procurou-se entrevistar moradores, assistentes sociais que trabalharam diretamente com a remoção das famílias e representante do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS-RJ).

A Vila Autódromo está localizada entre a Lagoa de Jacarepaguá e as Avenidas Salvador Allende e Embaixador Abelardo Bueno, uma região limítrofe à Barra da Tijuca e Jacarepaguá. Esta é uma área de grande interesse do mercado imobiliário pela possibilidade de expansão e valorização imobiliária. Não é a toa que a região foi escolhida para receber a grande parte das instalações olímpicas, o que promoveu a realização de diversas obras, que proporcionou ainda mais a valorização da área (como abordado no capítulo 1). Por conta da sua localização, a Vila Autódromo vem sofrendo com a ameaça de remoção há mais de duas décadas.

Segundo o Parecer elaborado pelo Grupo de Trabalho Acadêmico Profissional Multidisciplinar para a Análise e Avaliação das Alternativas de Moradia para a Vila Autódromo/RJ¹⁷ (GTAPM),

¹⁶ Disponível em: http://www.cressrj.org.br/download/praxis/Praxis_62.pdf. Acesso em: 24/03/2014.

¹⁷ Segundo este parecer, em março de 2013, a associação de moradores da Vila Autódromo se reuniu com o então prefeito, Eduardo Paes, e entregou a ele um plano popular que apresentava alternativas à remoção. Naquela ocasião, o prefeito propôs que fosse criado um Grupo de Trabalho Técnico-Profissional que deveria elaborar um laudo técnico onde seriam avaliados os planos da prefeitura e dos moradores. Como não houve manifestação alguma por parte do prefeito, a

Acompanhando o processo de desenvolvimento urbano iniciado com a criação do Plano Piloto da Barra da Tijuca em 1969, e que ganhou força na região na década de 1970, algumas das lagoas e brejos foram parcialmente ou totalmente aterrados para viabilizar as construções do Autódromo de Jacarepaguá e do Riocentro, ambas em 1977, assim como de um conjunto residencial da Aeronáutica, na avenida do Autódromo. Tanto estas grandes construções quanto a degradação ambiental das lagoas impulsionaram quanto as famílias originárias e outras que haviam migrado para ali em busca de trabalho, diante do incremento da construção civil, a ocuparem, entre outras áreas, uma estreita faixa de terra pública entre os muros do autódromo e a sinuosa margem da Lagoa de Jacarepaguá, dando origem à localidade que passou a se chamar Vila Autódromo. Quando as primeiras famílias se estabeleceram na localidade, ainda nos anos 1970, porém, a região do chamado "Sertão Carioca" era considerada rural e sem infraestrutura urbana, sendo a população predominantemente composta por pequenos agricultores, sítiantes, pescadores artesanais e extrativistas, cuja subsistência dependia da piscosidade do sistema lacustre, formado pelas lagoas da Tijuca, Jacarepaguá, Marapendi e Camorim (p.6-7).

As primeiras ocupações ocorreram na década de 1970, com o aterramento em volta da lagoa para a construção do autódromo de Jacarepaguá, área pertencente ao Governo do Estado. Segundo o Plano Popular da Vila Autódromo¹⁸, a própria prefeitura, através da antiga Secretaria da Habitação e Assuntos Fundiários, reassentou várias famílias retiradas da favela Cardoso Fontes, em 1989. Com o desenvolvimento da Barra da Tijuca e os arredores, a Vila Autódromo foi se expandindo. Novas famílias foram se instalando na localidade e, segundo relatos que colhemos dos moradores, um terreno continha mais de uma família, já que, à medida que os filhos constituíam suas próprias famílias, construía suas casas no terreno de seus pais. De acordo com o

associação de moradores acionou diversas instituições, como IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil), SENGE (Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro), SARJ (Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio de Janeiro), ANPOCS (Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), ANPUR (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional), AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), ABA (Associação Brasileira de Antropologia) e o CRESS (Conselho Regional de Serviço Social), para a elaboração de um parecer técnico para avaliação dos planos sugeridos pela prefeitura e pelos moradores. O parecer está disponível em: http://s3.amazonaws.com/portalsenge_prod_assets/documents/135/original/ParecerVilaAut%C3%B3dromo.pdf?1376071635. Acesso em 24/03/2017.

¹⁸O Plano Popular da Vila Autódromo foi elaborado pelos moradores com o apoio técnico do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/UFF). O objetivo desse plano é apresentar uma alternativa à remoção da Vila Autódromo, demonstrando que era possível resolver alguns problemas de infraestrutura com a urbanização da favela. Segundo o Plano, a urbanização da Vila Autódromo sairia mais barato do que as obras que seriam realizadas para reassentar as famílias. Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilautodromo.pdf>. Acesso em: 24/03/2017.

GTAPM, em 1987, foi criada a Associação dos Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo (AMPAVA), que tinha como objetivo a melhoria das condições de vida na favela, como o acesso à energia elétrica e à água, por exemplo, assim como documentações junto à Marinha e ao IBAMA para os pescadores remanescentes.

A luz era legalizada, todas as casas tinham seu relógio. A coleta de lixo era regular e os correios entregavam as correspondências diretamente nas próprias casas. Em conversa com moradores, eles relatam que os serviços de saneamento básico eram precários. A água era clandestina, pois diversas vezes foi solicitada à Cedae a instalação de água na localidade, mas o pedido nunca fora atendido. Em relação ao esgoto, os próprios moradores fizeram obras para poder escoá-lo. Assim como a internet, os cabos e canos passavam pela avenida, mas não chegavam até a Vila Autódromo. Se quebrasse um cano, os moradores tinham que se reunir e consertar. Existiam ruas melhores que outras, de acordo com a situação financeira e união dos moradores. Foi feito um projeto de urbanização que seria bancado pelos próprios moradores, mas que não foi a diante.

Em 1990, a maioria dos moradores recebeu do Governo do Estado a Concessão de Direito Real de uso (CDRU), sendo concedido em 1994 e em 1998 Termos de Concessão de Uso, sendo que, em 2005, através da Lei Complementar nº74, o terreno é gravado como área de Especial Interesse Social. Apesar disso, a Vila Autódromo sofreu tentativas de remoção durante as gestões César Maia na prefeitura (1993-1996/ 2001-2008). Em 1993, o então subprefeito de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca, Eduardo Paes, moveu uma Ação Civil Pública para que a favela fosse removida, alegando que esta causava danos urbano, estético e ambiental. As intensas chuvas ocorridas na cidade, em 1996, trouxeram novamente o discurso da necessidade de remoção, com a alegação de que tratava-se de uma área de risco. Com a escolha do Rio de Janeiro como sede dos XV Jogos Pan-americanos, em 2002, novamente apareceu o interesse da prefeitura pela remoção. Para a AMPAVA (2013), o que manteve a Vila Autódromo foi a disputa política entre os governos municipal e estadual, além da mobilização dos moradores.

Apesar de amparados legalmente, isso não impediu que a Vila Autódromo sofresse o processo de remoção com a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, mesmo o projeto vencedor prevendo a urbanização e a permanência da favela.

Diversas foram as justificativas utilizadas pela prefeitura para realizar as remoções na favela, como aponta o Parecer elaborado pelo GTAPM:

a) necessidade de execução de obras de ampliação das avenidas Embaixador Abelardo Bueno e Salvador Allende; b) necessidade de construção do Centro de Mídia; c) existência de dificuldades técnicas para a execução das obras de urbanização na comunidade; d) localização da comunidade (parte) no perímetro de segurança do Parque Olímpico; e e) localização da comunidade (parte) na Faixa Marginal de Proteção (GTAPM, 2013, p.11).

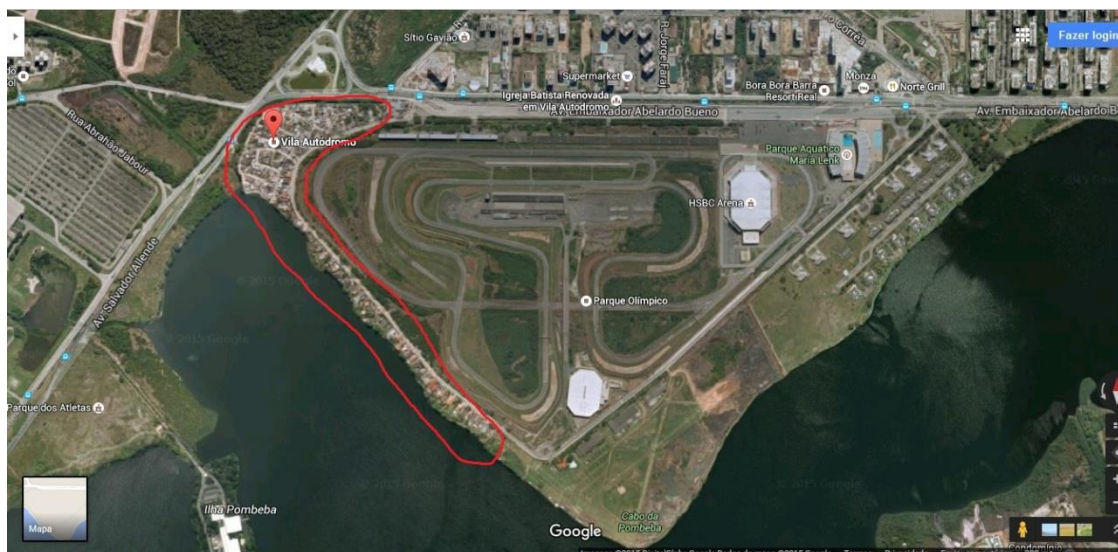
Com o apoio de grupos oriundos de universidades públicas e outros parceiros, foi elaborado o Plano Popular da Vila Autódromo, como citado anteriormente, com o objetivo de propor alternativas à remoção. A proposta da prefeitura era realocar os moradores para um conjunto habitacional denominado Parque Carioca, localizado a 1,5km ao local. O Parque carioca é um conjunto habitacional construído com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que possui 900 apartamentos distribuídos em 4 condomínios¹⁹.

Mesmo com toda a mobilização dos moradores e de apoiadores, a prefeitura prosseguiu com o processo de remoção. Das mais de 800 famílias (segundo dados da prefeitura²⁰) residentes no local, apenas 20 permaneceram. Em busca de compreender o processo de remoção pelo olhar dos moradores, fomos até a Vila Autódromo entrevistar as famílias resistentes que continuaram no local. A primeira visita foi realizada no dia 14 de maio de 2016, com as 20 famílias que permaneceram transferindo seus pertences para contêineres, montados provisoriamente até a construção das casas previstas no projeto de urbanização da prefeitura. Também neste dia, estavam ocorrendo atividades para a construção do Museu de Remoções da Vila Autódromo. Tivemos a oportunidade de conversar com moradores, que relataram a dificuldade que encontraram para permanecerem no local. Havia poucas casas em pé, e restos das casas que foram demolidas. A impressão que se tinha, era de uma área abandonada. A segunda visita foi realizada em agosto de 2016, durante a realização dos Jogos Olímpicos e com as casas já construídas.

¹⁹ Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3641881/DLFE-267980.pdf/Apresentacao_Parque_Carioca_2.0.1.3..pdf. Acesso em 28/03/2017.

²⁰ Disponível em: <https://riorealblog.files.wordpress.com/2016/03/vila-autodromo2.pdf>. Acesso em: 24/03/2017.

Mapa 3 – Vila Autódromo antes da remoção



Fonte: Google Maps (2015)

Mapa 4 – Vila Autódromo após a remoção



Fonte: Google Maps (08/03/2017)

Segundo os moradores, o medo da remoção sempre esteve presente. Quando souberam que a Barra da Tijuca foi escolhida como o lugar de realização dos Jogos Olímpicos, já imaginaram que seriam alvo de tentativas de remoção. Uma família nos relatou que desde quando se mudaram pra lá, na década de 90, convivem com o boato de remoção. Quando compraram o terreno não sabiam da

ameaça de remoção, senão, alegam, que não teriam feito. Quando souberam da remoção, ficaram apavorados porque tinham criança pequena e idosos na família e não possuíam dinheiro para comprar uma casa em outro lugar. Gostariam de ter comprado uma casa regularizada, mas naquele momento não era possível. O objetivo da família era começar uma vida nova, já que na época, vinham de uma favela violenta. Ao descobrir a ameaça da remoção, a família começou a frequentar as reuniões da AMPAVA. Apesar do amplo espaço que possuíam, ficaram anos vivendo numa casa apertada, por conta do medo de serem removidos. Isso atrapalhou muito a vida da família. Mesmo assim, passado algum tempo, resolveram ampliar a casa e a construir um pequeno comércio. Com a realização do Pan, em 2007, a prefeitura tentou remover a favela, mas a associação buscou, juridicamente, garantir a permanência. De acordo com os moradores, eles só permaneceram porque houve uma forte resistência por parte deles.

Um dos moradores afirma que ao ver o nome do Rio de Janeiro escrito na plaquinha que revelaria a cidade na qual receberia os Jogos Olímpicos, nenhum morador comemorou, pois sabiam que tentariam retirá-los de lá, já que para a realização do Pan, houve uma grande ameaça, uma pressão muito grande.

Os moradores nos relataram que, no início do processo de remoção, vieram uns funcionários com colete da prefeitura para fazer cadastramento e medir as casas. Um morador contou, ainda, que era assustadora a forma como eles se aproximavam dos moradores, dado que apareciam em grande número, parecendo um comboio nas portas das famílias. O discurso desses funcionários era de que todos iriam ser removidos e que, por isso, os moradores deveriam negociar com a prefeitura.

A gente lutou contra isso, informando às famílias que aquilo era uma mentira, que se eles lutassem poderiam permanecer. Os defensores públicos vinham aqui e falavam que só saíam daqui quem quisesse porque, juridicamente, a gente tinha direito de ficar. Por isso, essa luta foi tão acirrada porque se a gente não tivesse respaldo jurídico, seria só truculência e iríamos ser mandados embora (Morador 1).

Em relação aos funcionários, os moradores dizem que depois de um tempo, eles não apresentavam identificação alguma, como o colete ou crachá. Até que ocorreu um desentendimento entre funcionários e moradores e passaram

novamente a usar identificação. Uma grande parte dos funcionários usava colete, mas não possuía crachás.

Um morador relata que nem todos suportaram o processo de remoção. Muita gente passou mal, principalmente os idosos. Houve casos de falecimentos e muitos ficaram doentes por serem removidos. Ademais, famílias se fragmentaram por não chegarem a um acordo entre aceitar ou não o acordo proposto pela prefeitura.

Um dos entrevistados considera que a prefeitura foi muito perversa, uma vez que, a Vila Autódromo parecia um cenário de guerra com escombros espalhados, e a população em meio a uma pressão psicológica. Representantes da prefeitura faziam ligações constantes para os moradores na tentativa de convencê-los a negociar suas casas. Tinha morador que recebia 15 ligações em um mesmo dia. Normalmente, as demolições eram realizadas na parte da manhã, mas houve casos que vieram sem avisar, deixando as famílias desesperadas. Eles demoliam a casa com tudo dentro. Quando a família negociava com a prefeitura e saía da casa, já tinha um trator esperando para demolir. O entulho ficava dias e até meses sem ser retirado. A prefeitura alegava que não retirava os entulhos para que a área não voltasse a ser ocupada. Na verdade, essa era uma estratégia da prefeitura para inviabilizar a vida dos moradores que ainda permaneciam no local, já que parecia um cenário de guerra. O entulho só foi retirado porque a prefeitura seria multada, caso não o fizesse, graças ao Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública do Rio.

Os moradores perceberam que à medida que as casas iriam sendo medidas e cadastradas, as famílias começavam a receber propostas de negociação, pessoalmente ou por telefone. Estrategicamente, muitos moradores não deixaram que suas casas fossem medidas e marcadas. Um morador ressalta que depois que suas casas eram medidas, eles não tinham mais sossego, pois eram muito assediados para fazer a negociação com a prefeitura.

Muitas casas foram marcadas somente com medida judicial, já que havia um decreto²¹ de desapropriação, que constavam as casas que precisavam ser obrigatoriamente demolidas. Ao saberem que suas casas constavam nesse decreto, os moradores se mostraram preocupados, dado que, se as famílias negociassem

²¹Decretos nº 39851, nº 39852 e nº 39853, todos do dia 18 de março de 2015.

com a prefeitura, recebiam um valor maior que a avaliação feita por medida judicial. Muitas famílias com receio de ter maiores prejuízos desistiram de resistir e foram negociar com a prefeitura. No final, pouquíssimas casas que estavam no decreto continuaram resistindo.

A negociação era feita individualmente para desarticular o movimento. Eles cooptaram moradores da própria Vila Autódromo para convencer outros moradores a aceitarem a oferta da prefeitura. Tiveram famílias que foram indenizadas, outras que receberam apartamento e ainda que obtiveram tanto a indenização quanto o apartamento. Há relatos de família que recebeu um apartamento e 170 mil reais, e outra que ganhou 4 apartamentos e 240 mil reais. Os moradores que hoje permanecem na Vila Autódromo consideram que essas indenizações só foram possíveis por causa do movimento de resistência que muitos participaram. Percebem, no entanto, que muitas das pessoas que fizeram o acordo com a prefeitura não tem consciência disso. As primeiras famílias não foram tão bem indenizadas como as que saíram depois que o movimento de resistência se intensificou, recebendo somente o apartamento no condomínio Parque Carioca²². A luta se intensificou, os prazos ficaram apertados para a prefeitura e teve uma maior negociação, uma indenização um pouco melhor para acelerar a remoção. Os moradores tiveram conhecimento que indenizações em outras localidades que sofreram com a remoção chegaram ao valor de 30 mil, 50 mil reais, o que é insuficiente para se adquirir um imóvel. Eles consideram que isso se deve a pouca mobilização desses moradores.

Em relação ao Parque Carioca, os moradores dizem que receberam prospectos sobre o empreendimento, e que representantes da prefeitura faziam um trabalho de persuasão para convencê-los que morar nesse condomínio seria a melhor escolha, pois ficariam sem nada. Eles foram chamados a visitar alguns apartamentos prontos, que estavam decorados com móveis para atrair o interesse dos moradores. Segundo um morador, “publicamente, o prefeito dizia que ficaria quem quisesse ficar, mas na verdade os funcionários da prefeitura diziam coisas diferentes” (Morador 2).

²²Existem muitas denúncias sobre a qualidade das construções, onde moradores reclamam de vazamentos e infiltrações nos apartamentos. Reclamam também das altas temperaturas, uma vez que, não há boa circulação de ar e poucas áreas no local. Para mais denúncias conferir em: <http://rioonwatch.org.br/?p=20108>. Acesso em 28/03/2017.

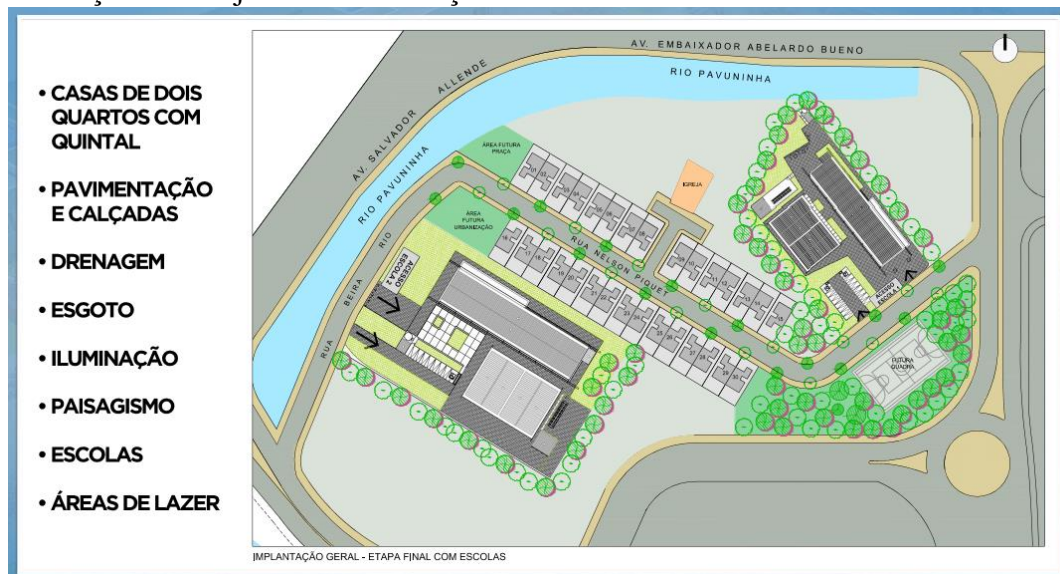
Um dos moradores traz um dado muito interessante sobre a especulação imobiliária da área. Além do aumento dos preços dos imóveis na região, ele conta que, no início, as correspondências constavam que a Vila Autódromo ficava em Jacarepaguá, porém, depois de um tempo, passou a constar o bairro da Barra da Tijuca, o que significa que eles mudaram de bairro sem mudar de casa.

Eles afirmam que receberam apoio de universidades, movimentos sociais, mídia alternativa. Relatam que receberam diversas manifestações de apoio através de vídeos gravados por pessoas de outros países. Receberam inclusive, depoimentos de outras famílias que sofreram o processo de remoção por conta da realização de megaeventos em seus países.

Quando indagados se tiveram contato com assistentes sociais, a resposta varia de morador para morador. Há alguns que dizem que não e outros que sim. Um dos moradores afirma que, no início, os assistentes sociais faziam o cadastramento das famílias juntamente com um técnico da prefeitura que media as casas. De acordo com esse morador, se identificaram como do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), mas ao ir até o CRAS da região, foi informado que não havia assistente social da instituição trabalhando nessa operação. Depois do cadastramento das famílias, só aparecia assistente social em casos mais complicados de remoção. Em contrapartida, outro morador relata que havia uma assistente social da prefeitura que coordenava os funcionários envolvidos na remoção e era por ela que passava todas as negociações. Em casos mais difíceis era ela quem entrava em contato com os moradores, por telefone ou pessoalmente.

Como dito anteriormente, apenas 20 famílias resistentes permaneceram na Vila autódromo. Para essas famílias, a prefeitura apresentou um projeto de urbanização, como podemos visualizar na ilustração abaixo.

Ilustração 2 – Projeto de Urbanização Vila Autódromo



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://riorealblog.files.wordpress.com/2016/03/vila-autodromo2.pdf>. Acesso em 28/03/2017.

Os moradores reclamam que o projeto de urbanização foi apresentado primeiro para a imprensa e não para os moradores, que eram os principais interessados. O projeto foi rejeitado pelos moradores que, em reunião com o prefeito Eduardo Paes, apontaram as modificações que gostariam que fosse realizado nesse projeto. Um dos pontos de discordância foi a proposta de casa geminada, uma colada a outra. Para os moradores, ter um espaço em volta da casa era de extrema importância, já que estavam acostumados com quintal em suas antigas casas. Da mesma forma, reivindicaram pela construção de um centro cultural, já que Vila Autódromo passou a realizar diversos eventos culturais, a construção de uma sede para a associação de moradores. Ficou acordado que poderia ser construído mais um pavimento.

Quando perguntados sobre a avaliação entre as novas e antigas casas, as respostas são distintas. Um dos moradores disse que foi beneficiado pela construção das novas casas, dado que sua antiga casa estava em condições precárias. A urbanização foi importante porque não andariam mais no barro.

Outro morador considera que obteve mais prejuízos que ganhos com a nova casa, no entanto, permanecer na Vila Autódromo tem um significado muito importante para a sua família. O terreno e a casa antiga eram muito maiores que o que receberam da prefeitura. A família possuía um grande quintal que continha árvores frutíferas, além de um pequeno comércio. Para permanecer na

Vila Autódromo, teve que se adaptar à nova realidade. Acostumada com uma cozinha maior, a família teve que colocar seu fogão na área de serviço, pois a cozinha foi planejada apenas para fogão de quatro bocas.

Os moradores reclamam que a Vila possuía inúmeras árvores e que não poderiam ter sido retiradas. Algumas árvores foram plantadas, mas como não recebeu a devida atenção da prefeitura, acabaram morrendo.

A promessa é que os moradores ganhem título de propriedade do município. Em relação à cobrança de IPTU, ainda está sendo discutido se haverá a cobrança ou não. Para os moradores entrevistados, apesar do custo, o pagamento desse imposto traz um respaldo maior para a sua futura permanência.

Alguns moradores foram buscar ajuda em universidades no início e na fiscalização das obras de urbanização. Os moradores ficaram com receio da qualidade das obras, já que em outras partes da cidade algumas obras da prefeitura vinham apresentando problemas.

4.1

O Serviço Social no processo de remoções

Para entendermos como foi realizado o trabalho do Serviço Social no processo de remoção das favelas, procuramos entrevistar assistentes sociais que trabalharam diretamente nesses casos, principalmente na Vila Autódromo. É preciso registrar que não foi fácil localizar os assistentes sociais. A Secretaria Municipal de Habitação (SMH) não respondeu as solicitações para conversar com as assistentes sociais que fazem parte de seu quadro de funcionários. Através de muita procura, conseguimos entrevistar uma assistente social que trabalhou em diversos casos de remoção, inclusive na Vila Autódromo. Conseguimos, ainda, uma assistente social que trabalha na SMH para nos informar sobre a participação nos casos de remoções e de como funciona o trabalho do Serviço Social dentro da secretaria.

Segundo a profissional que trabalhou nos casos de remoções, os assistentes sociais que trabalharam nas remoções eram todos terceirizados. Juntamente com engenheiros, arquitetos, técnico de edificação e agentes comunitários, formavam equipes que se destinavam aos locais que ocorreria a remoção. Num primeiro

momento, os assistentes sociais faziam o cadastramento das famílias junto com outra pessoa da equipe que iria medir e fotografar as casas. Junto com o cadastramento, era informado o que estava sendo feito. Quando questionada sobre as denúncias dos moradores sobre a falta de informação e identificação, a profissional negou que isso fosse verdade e que a equipe estava identificada com coletes e crachás com as palavras “prefeitura” e “SMH”.

As equipes participavam de reuniões, onde eram passadas todas as orientações sobre o trabalho que iriam desempenhar nos locais marcados para a remoção. Havia metas diárias do número de famílias que precisavam ser cadastradas. Todos os profissionais eram orientados a não entrarem sozinhos nas casas dos moradores, sempre entrarem acompanhados com outro membro da equipe juntamente com o morador. Além de cadastrar os assistentes sociais, tinha um trabalho de convencimento junto aos moradores para que eles deixassem a Vila Autódromo. A profissional considera que o empreendimento Parque Carioca é um dos melhores se comparado aos outros condomínios que receberam famílias de outras favelas removidas.

Os cadastros continham todos os dados dos moradores, como o número de pessoas por família, identidade, CPF, certidão de nascimento, casamento, divórcio ou de união estável, o número de crianças e, se recebiam algum benefício de programas públicos. O cadastro e esses documentos eram utilizados para a montagem de dossiês referente a cada família. Esses dossiês eram utilizados para o cadastramento do CadÚnico²³, que era necessário para a inscrição no Programa Minha Casa Minha Vida, que, segundo a profissional, correspondiam às famílias que ganhavam até R\$1800,00.

A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil foram responsáveis pelos financiamentos de condomínios do PMCMV. Os bancos cruzavam informações dos moradores para saber se já tinham algum imóvel em seus nomes, avaliavam se eles faziam parte do perfil do programa, e aprovavam ou não esses dossiês. Os moradores que não se encaixam no perfil, recebiam o auxílio aluguel de R\$ 400,00. Na Vila Autódromo, o processo aconteceu de forma diferente. Como a

²³ O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) coleta dados para identificar famílias de baixa renda no país. Em alguns programas sociais, como por exemplo, o Programa Bolsa Família, o cadastro é obrigatório para a seleção dos beneficiários.

prefeitura tinha grande interesse pelo terreno, inúmeras famílias ganharam mais de um apartamento, onde mais de um membro da família recebeu um apartamento.

No outro momento, os assistentes sociais eram enviados para os condomínios do PMCMV e permaneciam por 1 ano, para organizar a ambientação das famílias nas suas novas casas. Os profissionais faziam o levantamento do número de crianças, desempregados, idosos e tentavam fazer articulação com os serviços públicos e empresas da área. De acordo com a profissional, os moradores se mudavam para os condomínios com uma “cultura de favela”, nas suas palavras. Segundo ela, alguns queriam fazer puxadinhos, colocavam animais de grande porte, como cavalos, dentro do apartamento, jogavam lixo pela janela, penduravam roupa do lado de fora, entre outras coisas. Somava-se a isso, a assistente social deveria realizar a mediação de conflitos entre moradores. Com a mudança de secretário da SMH (que passou posteriormente a ser Secretaria Municipal de Habitação e Cidadania - SMHC), a equipe foi desfeita e os assistentes sociais foram dispensados.

Sobre as marcações das casas, a profissional afirma que a marcação das casas era necessária, até mesmo para dar segurança aos moradores. Segundo ela, inquilinos estavam se passando por proprietários e alguns foram indenizados indevidamente. Através da numeração colocada na casa, era possível identificar o dossiê da família junto à SMH.

Questionada sobre o maior desafio do trabalho do assistente social nos casos de remoções em que trabalhou, a profissional sinalizou a dificuldade na comunicação. Muitas famílias possuem pouca educação e informação, e os assistentes sociais precisam adequar os termos técnicos para uma linguagem que todos pudessem compreender.

Quando questionada sobre o respeito aos princípios contidos no Código de Ética Profissional, a assistente social disse que, em certas situações, é difícil falar de ética, ainda mais quando se é terceirizado. Nas suas palavras:

Às vezes você tem que fazer certas coisas que é você e você. Às vezes você não quer fazer, mas mandam você fazer, ainda mais quando é terceirizado. Você tinha que fazer o dossiê, omitia ou alterava informações. Lá na Secretaria, o secretário tinha que mostrar para o Governo Dilma que um número de famílias foram reassentadas e você aqui na ponta tinha que fazer olho de mercador. Cadê a ética? Você precisa trabalhar, quem vai falar de ética? Pode sair, tem dez no seu lugar. Tinham casos que queriam colocar nomes que não eram pra cadastrar. Eu não

colocava, mas tinham pessoas que colocavam. As assistentes sociais eram terceirizadas. Quem tinha o contato com os moradores eram as terceirizadas. As efetivas da SMH não gostam de ir pras favelas.”

De acordo com a profissional da SMH que foi entrevistada, o Serviço Social na secretaria tem como papel o gerenciamento de contratos, trata-se de um trabalho de gestão e não de intervenção. Pelo Ministério das Cidades, há uma vinculação que onde tem obra de infraestrutura e urbanização tem que ter trabalho social para ter financiamento: ProMoradia, PAC, PMCMV. A habitação mesmo não tem um corpo de assistentes sociais, os profissionais são cedidos de outras secretarias, principalmente da assistência social e da saúde. Os profissionais elaboram um projeto, ele vai para licitação e a empresa ganhadora monta uma equipe de trabalho e os profissionais da SMH dão orientação, faz o acompanhamento dessas empresas, faz vistorias e reuniões para verificar se está sendo cumprido o que foi licitado.

Sobre os desafios do exercício profissional, ela aponta como dificuldade para a inserção do Serviço Social na área da habitação a questão da formação. Quase não se aborda a questão urbana na graduação. Outra questão é a falta de quadro próprio da SMH, por serem emprestadas de outras secretarias. Na troca de gestão, as profissionais são chamadas a retornar às secretarias de origem, desmantelando o trabalho construindo, impossibilitando a continuidade de um determinado trabalho. O número reduzido de profissionais impede o trabalho de campo do Serviço Social.

Outra dificuldade apontada, é a relação com os demais profissionais da SMH, principalmente arquitetos e engenheiros. O trabalho do Serviço Social é um trabalho contínuo e não apresenta resultado imediato. Para os engenheiros, se é necessário realizar uma obra e famílias precisam ser retiradas, por exemplo, o Serviço Social tem como papel tirá-las imediatamente. Há uma dificuldade de diálogo.

Segundo esta profissional, há assistentes sociais na Coordenadoria de Inclusão Social e na Gerência de Novas Alternativas. No total, são 9 assistentes sociais para dois setores. Pelo número de profissionais, é difícil a atuação junto à população, por isso o foco é o gerenciamento.

“O que não deixa de ser importante, já que, no gerenciamento, é pensado o que vai ser executado, como fazer, elaborar projetos, plano de ação é importantíssimo. A execução só acontece se tiver uma gestão, situação que a categoria tem muita resistência. Para uns, gestão é uma coisa e execução é outra. Quem está na gestão esquece a execução e quem está na execução esquece a gestão. Pensam que são coisas distantes”.

Desde a sua origem, o Serviço Social apresenta uma prática de caráter interventivo junto ao público alvo. A intensificação da desigualdade social, principalmente na década de 1990, fez com que o estado tivesse uma nova postura frente às políticas sociais.

O trabalho do assistente social no âmbito da gestão pública tem se mostrado importante para implantação das políticas sociais. Contudo, a complexidade da demanda estatal requisita um profissional em que a atuação vá além da execução terminal dos serviços públicos, mas que atue também, na formulação, planejamento, avaliação e gestão das políticas, programas e serviços sociais (Benevides e Lima, 2015, p.5)

O assistente social é chamado a atuar na gestão e planejamento das políticas sociais, deixando de ser apenas executor. A função de gestor é relativamente nova na categoria e apresenta uma função importante, uma vez que, somente com um planejamento qualificado das ações é possível ter uma prática profissional eficaz. O que a profissional da SMH apresenta como questão é que alguns assistentes sociais têm resistência em participar da gestão das políticas sociais por não compreenderem que o planejamento e a prática profissional estão imbricados, um necessita do outro para que os resultados das políticas sociais sejam alcançados.

De acordo com esta profissional, muitos profissionais param de estudar, de ler e não conseguem fazer essa articulação entre teoria e prática. Em relação às remoções, as assistentes sociais da SMH foram chamadas à participar, mas deixaram claro como fariam as abordagens.

“A gente pode ir à Vila Autódromo, mas vamos esclarecer que para fazer a obra, a casa do morador precisa ser removida, mas eu vou dizer para ele que ele tem o direito de negar e de buscar auxílio. Não quer dizer que eu não possa ir atender ao objetivo do secretário que queria tirar a Vila Autódromo na época. Eu não posso dizer: eu não vou. Eu posso ir, eu devo inclusive fazer diferente. Eu posso ir e dizer está sendo proposto. Posso e o direito da senhora é esse e esse. Hoje pra mim, eu nunca digo que não vou fazer isso. Vou pegar, vou ler, vou estudar, vou ver o que posso fazer de diferente. Eu não vou deixar de atender a solicitação, e vou e vou pegar essa solicitação e vou fazer uma leitura pela minha profissão e fazendo a execução de acordo com o direito daquela pessoa que estou atendendo. Eu não

consigo visualizar diferente, uma coisa imbrica a outra. Nenhuma assistente da SMH participou, porque colocamos qual seria a nossa orientação. Apesar de aparecer funcionários da SMH nos vídeos que apareceram as denúncias, não tinha assistente social da SMH, eram contratados e não havia somente assistentes sociais.”

O CRESS teve acesso às denúncias envolvendo assistentes sociais por meio das redes sociais e mídias alternativas. O CRESS se mobilizou e divulgou em seu site orientações para os profissionais nesses casos. Com a realização dos jogos da Copa do Mundo de Futebol em outras cidades do Brasil, o conjunto CFESS/CRESS organizou um Grupo de Trabalho (GT) nacional sobre questão urbana, na qual tinha representante do CRESS-RJ. Foi tirada uma orientação para os profissionais para uma intervenção mais qualificada. O que se constatou aqui, no Rio de Janeiro, é que os assistentes sociais que trabalhavam nos casos de remoção eram contratados por empresas terceirizadas e não faziam parte do quadro de funcionários da SMH.

Como foi uma denúncia genérica, não teve como abrir processo administrativo para averiguar o caso. Na época, o CRESS fez o mapeamento das empresas que estavam atuando nas remoções e marcou uma reunião, com chamamento público, para dialogar com os assistentes sociais dessas empresas. Apenas 2 ou 3 profissionais compareceram. No GT nacional, teve uma ideia de soltar um informativo CFESS Manifesta de orientação para os profissionais nesses casos. Além disso, foi criado um guia denominado “Atuação de assistentes sociais na Política Urbana subsídios para reflexão²⁴”, que também aborda a atuação de profissionais em situações de remoções. É difícil para o CRESS fiscalizar a atuação profissional de cada projeto em curso na cidade do Rio. Não há pessoal para isso. O CRESS só pode agir através de denúncias.

4.2

Análise das entrevistas

As entrevistas realizadas com os moradores demonstram que o processo de remoção ocorreu sem a participação dos moradores no planejamento das ações. Na tentativa de serem ouvidos, foi criado um Plano de Urbanização da Vila

²⁴ Disponível em: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CFESS-SubsidiosPoliticaUrbana-Site.pdf>. Acesso em 28/03/2017.

Autódromo, como citado anteriormente, que foi ignorado pelo prefeito Eduardo Paes. Ao desconsiderar a proposta de urbanização e a falta de investimento anteriormente, demonstra o descaso do poder público em melhorar as condições de vida da população da Vila Autódromo, como em outras favelas do Rio de Janeiro.

Segundo dossiê elaborado pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (2012), alguns dos direitos desrespeitados com a realização de remoções foi o direito à informação e o direito à participação popular. De acordo com Viegas (2003), o direito à informação tem como objetivo a fiscalização das atividades da administração pública e também a participação dos cidadãos no espaço público. Dessa forma,

O que se pretende [...] é defender uma Administração aberta, sem opacidade, repudiando, por conseguinte, a Administração fechada, marcada por autoritarismo, fundada em segredos e que afasta os cidadãos do seu controle (Viegas, 2003, p. 673).

O autor afirma que o direito à informação está previsto na Constituição Federal e deve ser exercido por todos os níveis de governo – federal, estadual e municipal. Para que os cidadãos possam participar dos processos de decisão, é necessário ter acesso às informações. O dossiê, acima citado, denuncia que as populações atingidas pelas obras de urbanização não participaram das instâncias de decisão e nem tiveram acesso às informações essenciais para a defesa de seus direitos. Podemos constatar que esses direitos também foram desrespeitados no caso da Vila Autódromo. A ausência de informações e de participação da população nos projetos elaborados pela prefeitura resultou num processo autoritário e desgastante para os moradores.

Nem mesmo a elaboração do projeto de urbanização, proposto pela prefeitura para aqueles que permaneceriam na Vila Autódromo, houve a participação dos moradores. Não é à toa que o projeto apresentado foi alvo de inúmeras reclamações por parte da população, pois o projeto apresentado não atendia à todas as necessidades das famílias.

As ações apresentaram um caráter arbitrário, com a utilização de mecanismos de repressão, como a presença constante da Guarda Municipal, pressão psicológica, através de funcionários que coagiam as famílias a negociarem

com a prefeitura, a derrubada de casas e a acumulação de entulho prejudicando quem ainda permanecia no local, entre outras medidas. Ao invés de realizar uma ampla discussão com os envolvidos, o que se fez foi a utilização da força e da coerção.

Mais do que uma questão material, a moradia envolve as relações sociais e as lembranças afetivas. Ao realizar a remoção de forma abrupta, como foi o caso, as famílias apresentam consequências psíquicas que causam adoecimentos. Muitos moradores possuem uma identificação, uma memória com o lugar que precisa ser respeitada. Como podemos notar na fala de uma moradora: “Sinto falta da outra casa porque foi construída por mim. Meu marido no dia da demolição chorava feito uma criança. A gente tinha uma história ali”.

Além disso, há um desgaste dentro das relações familiares e entre vizinhos, principalmente com a estratégia da prefeitura em fazer de forma individualizada as negociações. Como relata um morador:

“Quando a prefeitura começava a ligar para negociar, começavam as brigas familiares. Muitas famílias se fragmentaram, casais se separaram. Algumas famílias para não se separarem, alguém acabava cedendo, e geralmente quem cedia era para sair. Tiveram pessoas que saíram muito mal, que queriam ficar mas não tiveram apoio familiar pra permanecer. E quando a família fragmentava perdia a força para lutar.”

As diversas tentativas de remoção da Vila deixaram os moradores em alerta e preocupados com a permanência na localidade. Isso demonstra a instabilidade que estes moradores sofreram ao longo desses anos.

Percebe-se que os instrumentos legais são utilizados para atender a interesses específicos. Mesmo com título de concessão de uso, os moradores não ficaram protegidos da remoção. Através de instrumentos legais, a prefeitura deu andamento ao processo de remoção, até que a maioria das famílias fosse removida. Corroborando com essa ideia Brum (2013) afirma que

Em 2005, já sob pressão dos Grandes Eventos, no caso, os Jogos Pan Americanos de 2007, quando surge a ‘vocação olímpica’ da área, a Câmara de Vereadores aprova, enviada pelo executivo, a Lei Complementar n.º 74/2005, modificando a legislação que tratava do zoneamento urbano na Avenida Abelardo Bueno, em que edificações não poderiam ocupar a faixa marginal de proteção da lagoa, excluindo da lei “os equipamentos esportivos necessários a realização dos Jogos Pan-americanos e Parapan-Americanos de 2007 e Jogos Olímpicos” (Brum, 2013, p.200).

Segundo o autor, o prefeito Eduardo Paes alegou que a Vila Autódromo ocupava um perímetro de 25 metros em relação à lagoa, considerado como área de proteção ambiental e que, por isso, o título de posse concedido pelo governo Brizola não era válido. Em contrapartida, a construção do corredor viário Transolímpica previa a destruição de 200 mil m² de Mata Atlântica²⁵. Gonçalves e França (2010) apontam que o discurso ambiental é apropriado de forma diferente quando relacionado às favelas ou aos empreendimentos imobiliários. A flexibilização das normas urbanísticas apresentam um caráter elitista por promover a expulsão da população pobre das áreas de interesse para o mercado imobiliário.

O movimento de resistência foi muito importante para a permanência de algumas famílias no local, para que os valores das indenizações ficassem acima de dos valores praticados em outros casos, diferente de outras favelas que foram removidas, os moradores removidos da Vila Autódromo foram reassentados próximos às suas antigas casas. Foi graças ao movimento de resistência que muitas ações arbitrárias foram combatidas. Fazer resistência traz um desgaste muito grande para a saúde dos moradores, que somente ao final do processo é que podem tentar seguir suas vidas.

O poder público, que deveria garantir que os direitos da população fossem respeitados, ele próprio os desrespeita, atingindo, no caso da Vila Autódromo, os direitos à moradia e, à cidade. Sendo uma área de Especial Interesse Social, a prefeitura deveria destinar o local para moradia popular, promovendo a regularização e melhorando a infraestrutura para que as famílias tenham uma melhor qualidade de vida e acesso aos serviços básicos. Longe disso, a prefeitura fez exatamente o contrário, liberou a área para empreendimentos de alto padrão e aumentou a especulação imobiliária. A retirada de uma população mais empobrecida de uma área valorizada limita o direito à cidade, uma vez que há uma apropriação desigual do espaço urbano.

Pensando na atuação do assistente social, o profissional foi requisitado para convencer os moradores a deixarem as suas casas. Fica evidente a dificuldade em

²⁵De acordo com matéria divulgada pelo site Uol Esporte. Disponível em: <https://esporte.uol.com.br/rio-2016/ultimas-noticias/2014/04/15/obra-de-avenida-olimpica-do-rio-vai-derrubar-200-mil-m-de-mata-atlantica.htm>. Acesso em 25/03/2017.

por em prática os princípios contidos no Código de Ética, principalmente quando se relata a fragilidade do vínculo empregatício. Por meio das entrevistas com as assistentes sociais, é possível perceber a diferença de comportamento em relação ao cumprimento do Código de Ética. Enquanto as assistentes sociais que trabalham na SMH se posicionaram demonstrando à forma que atuariam, respeitando os direitos dos moradores, as assistentes sociais das empresas terceirizadas eram submetidas a cumprir ordens, mesmo que ilegais, por receio de perderem seus empregos. Os vínculos frágeis de trabalho limitam a autonomia profissional, sujeitando o indivíduo a tomar decisões contra a sua vontade.

Como apresentado no capítulo 2, a fragilidade no vínculo de trabalho é um desafio para os profissionais. O depoimento da assistente social terceirizada corrobora com a afirmação de Mota (2014), quando a autora afirma que uma parte dos profissionais não tem estabilidade e nem proteção social no trabalho, já que trabalham de forma precarizada. Esse tipo de relação faz com que o trabalho do assistente social seja afetado pondo em risco a qualidade das ações e fazendo que a prática profissional seja mais tecnicista e acrítica.

Entretanto, o profissional deve ser contra as ações arbitrárias que ferem os direitos de seus usuários. Em função disso, é imprescindível que o profissional faça uma análise do contexto que foi chamado a atuar para pensar como irá fazer a intervenção profissional de forma que atenda aos interesses da prefeitura, como é o caso, e não desrespeite os direitos dos moradores que irão ser removidos. O posicionamento das assistentes sociais da SMH demonstra uma prática profissional de acordo com os princípios do Código Ética Profissional, mas sem deixar de atender uma requisição do seu empregador. Infelizmente, não é em todos os campos de trabalho que é possível se posicionar claramente desta forma, mas indica que é necessário pensar em alternativas para uma prática profissional mais qualificada.

Aqui se evidencia o caráter contraditório da prática profissional. Segundo Iamamoto (2009), o profissional de Serviço Social atende ao mesmo tempo aos mecanismos de dominação quanto aos interesses da classe trabalhadora. Quando o assistente social atua de forma persuasiva e coercitiva para que os moradores saíssem de suas casas, o profissional vai contra os interesses da população, tendo uma prática voltada aos interesses da prefeitura, que, por sua vez, atende aos interesses privados. Por isso é importante a compreensão do contexto em que a

prática profissional se realiza, de todos os atores envolvidos e os interesses em jogo. Essa reflexão é importante para que o direito da população seja respeitado e que os princípios contidos no Código de Ética sejam considerados.

As denúncias contra os assistentes sociais que trabalharam no processo de remoção, especificamente no caso da Vila Autódromo, apontam para a falta de transparência e informações do desdobramento da realização dos cadastros. A assistente social da empresa terceirizada, que foi entrevistada, nega tal denúncia. O fato é que o profissional não pode se negar a prestar esclarecimentos das suas ações, pois, ao fazer isso, ele estará infringindo o Código de Ética.

Compete ao CRESS zelar pela observância dos princípios e diretrizes presentes no Código de Ética. Mas como relatou o representante do CRESS, a instituição não tem pessoal para fiscalizar todos os campos de atuação do assistente social. Somente através de denúncias que é possível averiguar casos com suspeita de má conduta profissional. O que a instituição pode fazer em casos como esse, é estimular o debate entre os profissionais e nas instituições de ensino. A temática da política urbana, que envolve as questões de remoções, é muito pouco abordada na formação profissional, o que resulta na dificuldade dos profissionais em pensar alternativas para sua atuação.

5 Considerações Finais

A remoção de favelas, como analisamos no decorrer da dissertação, é uma prática antiga, que tem como objetivo a retirada de uma população mais empobrecida de áreas valorizadas da cidade. No lugar de urbanizar as favelas e proporcionar uma condição melhor de moradia para os moradores, o poder público opta por remover as favelas e expulsar essa população para áreas distantes da cidade.

Observamos que as práticas remocionistas retornam frequentemente ao cenário carioca de acordo com o contexto político e do poder de resistência dos favelados. A oportunidade de realizar os megaeventos esportivos possibilitou o retorno dessas práticas sob a justificativa de que áreas precisavam ser liberadas para a realização de obras importantes para a mobilidade urbana. O Estado possui papel importante nesse processo, visto que, é o responsável por criar as condições necessárias para que as áreas ocupadas por favelas sejam liberadas para o mercado e para a especulação imobiliária. Tanto no passado quanto no presente, o Estado é uma figura indispensável para que os interesses privados prevaleçam sobre os interesses coletivos.

O Serviço Social é uma das áreas do conhecimento chamadas para participar desse processo remoção. As transformações ocorridas na sociedade brasileira exigem do assistente social novas qualidades técnicas e interventivas. No decorrer dos anos, o Serviço Social se modificou e desenvolveu em seu interior embates políticos sobre o entendimento da profissão. Na década de 1980, ganha hegemonia o viés crítico baseado nas teorias de Marx, rompendo com o conservadorismo trazendo novas concepções para a atuação profissional. É esse viés que guia as discussões profissionais até os dias atuais.

São muitos os desafios que permeiam a profissão. Um deles é a dificuldade de articulação entre teoria e prática, principalmente o cumprimento do Código de Ética profissional. Outro ponto é a flexibilização das leis trabalhistas, que afetam o assistente social que tem sua autonomia fragilizada e que afeta a qualidade dos serviços prestados. Estes desafios estão presentes em todos os campos de atuação do assistente social, inclusive nos casos de remoções.

Ao falarmos de remoção associamos à questão da moradia, um direito previsto na Constituição Federal de 1988, mas que apresenta grandes dificuldades para se materializar. O processo de urbanização no Brasil ocorreu de forma excludente, onde boa parte da população não tem acesso à moradia ou a possui de forma precária. Por ser uma mercadoria cara, que necessita de um volume maior de recursos, é necessário o investimento público para que uma grande parte da população tenha acesso à moradia. Podemos observar que a política habitacional, no Brasil, sempre esteve subordinada aos interesses de mercado, o que acarretou no agravamento do problema de moradia no país.

Pode-se dizer que as primeiras intervenções do assistente social no âmbito da habitação se realizaram nas favelas e nos parques proletários. Suas ações apresentavam historicamente um caráter educativo e disciplinador dos moradores, que visava o controle político e ideológico da população favelada, desenvolvendo um controle importante para o Estado. Atualmente, é possível encontrar profissionais em programas de habitação nos três níveis de governo, trabalhando também na gestão da política.

Os assuntos abordados nos ajudam a compreender o processo de remoção das favelas no Rio de Janeiro no período de preparação da cidade para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016. Acompanhamos o processo de remoção da Vila Autódromo, uma das muitas favelas que foram alvo das remoções, que além de contribuir para o entendimento desse contexto, nos ajudou a entender a atuação do assistente social nesse processo.

A Vila Autódromo, assim como outras favelas, ocupou uma área que anteriormente desvalorizada e sem interesse para o mercado. Com o desenvolvimento da região, houve a valorização do seu entorno e o interesse pela área ocupada, o que gerou o interesse em removê-la. O poder público, ao invés de assegurar a urbanização da área para melhorar a condição de vida desta população e assegurar o direito à moradia, despense uma série de ações para liberar a área através da remoção. E a faz de forma arbitrária, com o uso da violência, desrespeitando inúmeros direitos e causando traumas nas vidas desses moradores. A realização dos Jogos Olímpicos trouxe a possibilidade de remoção da Vila Autódromo, que há anos vem resistindo às tentativas de remoções.

Verificamos que o trabalho do assistente social tinha um viés burocrático, com o preenchimento de cadastros das famílias. Também possuía um caráter

persuasivo para que as famílias aceitassem as propostas realizadas pela prefeitura. Além disso, os profissionais eram enviados para conjuntos habitacionais, onde estavam as famílias reassentadas, com o objetivo de auxiliar na adaptação de sua nova condição de vida. Práticas essas muito semelhantes às formas de atuação do Serviço Social ainda no início da institucionalização da profissão no país. Diferentemente dos contextos anteriores, nos dias atuais, o Serviço Social apresenta avanços teóricos que possibilitam a reflexão mais crítica para uma prática profissional qualificada.

Através das entrevistas realizadas, é possível perceber que os assistentes sociais que atuaram no caso das remoções apresentaram vínculos empregatícios frágeis, o que limita a autonomia e, conseqüentemente, a prática profissional. Isso deixa evidente a contradição que permeia a profissão. As falas das profissionais de serviço social corroboram com a hipótese inicial de que as condições de trabalho interferem na autonomia do profissional. Observamos também que a fragilidade dos vínculos de trabalho afeta também o posicionamento ético do profissional, que se sujeita a certas práticas com receio de perder seu emprego.

Por um lado, o profissional deve agir eticamente, de acordo com as leis que regem a profissão, por outro, garantir o seu vínculo empregatício, necessário para seu sustento. Ao dizermos isso não temos o objetivo de justificar qualquer falta de ética no exercício profissional e sim que as relações e condições que perpassam e influenciam a prática profissional dos assistentes sociais são complexas e necessitam de reflexões. Segundo Raichelis,

Problematizar o trabalho do assistente social na sociedade contemporânea supõe pensá-lo como parte alíquota do trabalho da classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho em troca de um salário, submetido aos dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados[...] (Raichelis, 2011, p.425-426).

Os espaços de discussões e estudos sobre os diversos campos de atuação do assistente social são importantes para compreender os conflitos e desafios que permeiam a profissão e a partir daí discutir possibilidades e estratégias em casos semelhantes ao citado.

6

Referências bibliográficas

ABAS. **Associação Brasileira de Assistentes Sociais**. Código de Ética Profissional dos Assistentes sociais. São Paulo: ABAS, 1947.

ABREU, M. A. Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro. **Revista Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n.10, maio-ago, 2003.

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 10.ed.São Paulo: Cortez, 2003.

AMPAVA. Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo. **Plano Popular da Vila Autódromo**: plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural. Rio de Janeiro, 2012.

ANDRADE, M. A. R. A. O metodologismo e o desenvolvimentismo no Serviço social brasileiro – 1947 a 1961. **Serviço Social & Sociedade**. Franca, v. 17, n.1, 2008, p. 268-299.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA. **Dossiê Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa: megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil**, 2012. Disponível em: <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/01/DossieViolacoesCopa.pdf>. Acesso em 04 de abr 2017.

AZEVEDO,L.; FAULHABER.L. **SMH 2016**: remoções no Rio de Janeiro olímpico. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

BARREIRA, M. R. A; BOTELHO, M. L. Crise urbana e favelização no Rio de Janeiro: para uma crítica da “questão urbana” contemporânea. In: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina; Trabalhadore(a)s em movimento: constituição de um novo proletariado?, 2008, Londrina. **Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina**, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/marcosrodrigues.pdf>. Acesso em: 31 mar 2017.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Considerações sobre o Código de Ética dos assistentes sociais. In: BONETTI, D. A.; etall (orgs.). **Serviço Social e Ética**: convite a uma nova práxis. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, E. R. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 124, out/dez, 2015, p.637-651.

_____. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e a perda de direitos.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BENEVIDES, G.O.; LIMA, M. J. O. Fundamentos de gestão para o trabalho do assistente social: princípios teóricos e práticos para o planejamento do trabalho profissional. In: I Congresso Internacional de Política Social: Desafios Contemporâneos, 2015, Londrina/PR. **Anais.** Londrina: Uel, 2015, p.1-11. Disponível em: http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo4/oral/29_fundamentos_de_gestao....pdf. Acesso em 04 de abr 2017.

BONDUKI, N. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo.** São Paulo, n.1, p.70–104, 2008. Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf. Acesso em: mar. 2017.

BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, v.124. n.1, 2015, p.637-651.

BRASIL. Instrução Normativa n.8, de 23 de março de 2009. Regulamenta o trabalho social executado em intervenções de provisão habitacional e de urbanização de assentamentos precários, no âmbito das Ações e Programas geridos pelo Ministério das Cidades. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil,** Poder Executivo, Brasília, DF, 07abr. 2009. Seção 1, p. 42.

BRITES, C. M.; VASCONCELOS, I. P.; SANTOS, L. S.; SILVA, M. C. P. A importância da reflexão Ética na formação do profissional de Serviço Social. BONETTI, Dilséa Adeodata; et al (orgs.). **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis.** 13.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BRUM, M. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da ditadura de 1964 aos grandes eventos. **O Social em Questão.** Rio de Janeiro, ano XVI, n. 29, 2013, p. 179-208.

BURGOS, M. B. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ALVITO, M.; ZALUAR, A. (org.). **Um século de Favela.** 5.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 25-60.

CARDOSO, A.T. Política habitacional no Brasil: balanço e perspectivas. **Proposta.** Rio de Janeiro, n. 95, dez/fev, 2003, p.6-17.

CARDOSO, A.; ARAGÃO, T. A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. IN: CARDOSO, A.L. (org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARVALHO NETO, C.T. **Ética, ética profissional e o trabalho profissional do assistente social**. 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca.

CFAS. **Conselho Federal de Assistentes Sociais**. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Rio de Janeiro: CFAS, 1965.

CFESS. **Conselho Federal de Serviço Social**. Atuação do assistente social na política urbana: subsídios para reflexão. Brasília: CFESS, 2016.

_____. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília: CFESS, 1993.

COMPANS, R. a Cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 9, n.1, maio, 2007, p.83-99.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. **Dossiê sobre as violações do direito ao esporte e à cidade**, 2015. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook_file/dossie_viola_coesesporte_rio2015.pdf. Acesso em 04 de abr 2017.

_____. **Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**, 2014. Disponível em: https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf. Acesso em 04 de abr 2017.

FREIRE, L. L. Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. In: **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 29, 2013, p. 101-128.

GAFFNEY, C. Forjando os anéis: a paisagem imobiliária pré-olímpica no Rio de Janeiro. **E-Metrópolis**. Rio de Janeiro, ano 4, n.15, 2013, p.7-20.

GENTILLI, R.M. L. Formação profissional, Ética e cidadania. In: BONETTI, D. A.; et all (orgs.). **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GOMES, M. F. C. M.. Trajetória histórica do Serviço social e políticas urbanas: retorno à práticas de apoio à remoção de moradores de favela?. In: **XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis**. Lugares de Historiadores - velhos e novos desafios, 2015.n.p.

GOMES, M.F.C.M. Política urbana e Serviço Social. **Revista Praia Vermelha**. Rio de Janeiro, n.16 e 17, primeiro e segundo semestre de 2007, p.176-227.

_____. PRÁTICA DO Serviço Social na área da habitação: da tutela à mediação. In: Seminário Latino americano de Escuelas de Trabajo Social, XVIII, **Anais**, Lima, Peru, 2001.

GOMES, M.F.C.M.; PELEGRINO, A.I.C. Introdução. In: GOMES, M.F.C.M.; PELEGRINO, A.I.C. (orgs.). **Política de habitação popular e trabalho social**. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

GONÇALVES, R. S. **Favelas do Rio de Janeiro**: história e direito. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio, 2013.

GONÇALVES, R.S.; FRANÇA, B.A. Entre o muro e a remoção: meio ambiente e favelas no Rio de Janeiro. In: GOMES, M.F.C.M.; BARBOSA, M.J.S.B. (orgs.). **Cidade e sustentabilidade: mecanismos de controle e resistência**. Rio de Janeiro, Terra Vermelha, 2010.

GTAPM. Grupo de Trabalho Acadêmico Profissional Multidisciplinar para a Análise e Avaliação das Alternativas de Moradia para a Vila Autódromo. **Parecer**. Rio de Janeiro, 2013.

GUILHERME, R. C. Desenvolvimento de Comunidade e o Serviço Social: entre o conformismo e a crítica. In: **Emancipação**. Ponta Grossa, v.12, n.1, jan/jul, 2012, p.131-141. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/2679/3131>>. Acesso em: 17 de fev. 2017.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas sociais**. São Paulo, n. 29, p.73-89, jul/dez, 2012.

HOLZ, S.; MONTEIRO, T.V.A. Política de habitação social e o direito a moradia no Brasil. In: **X Coloquio Internacional de Geocrítica, 2008**, Barcelona. DiezAños de Cambios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales, 1999-2008, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto profissional , espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade. CFESS (org.). **Atribuições privativas do/a Assistente Social em questão**. CFESS, 2012, p.33-71.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. **Direitos Sociais e Competências profissionais** . Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 10.ed. São Paulo, Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 25.ed. São Paulo, Cortez, 2008.

LA BARRE, J. de. Choque de futuro: o Rio dos megaeventos. In: **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 29, 2013, p. 43-68.

LESSA, C. **O Rio de todos os Brasis**: uma reflexão em busca de auto-estima. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MAGALHÃES, A. O “legado” dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 19, n.40, jul/dez, 2013, p. 89-118.

MARICATO, E. **Habitação e cidade**. 6.ed. São Paulo: Atual, 2002.

MEDEIROS, S. R. F. Q. BNH: outras perspectivas. In: I Conferência Nacional de Políticas Públicas, 2010, Natal. **Anais da I Conferência Nacional de Políticas Públicas**, 2010.

MIOTO, R. C. T.;LIMA, T. C. S. L. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Revista Textos & Contextos Porto Alegre**.v. 8 n.1, jan./jun. 2009, p. 22-48. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/html/3215/321527164003/>>. Acesso em;17 de fev. 2017.

MOREIRA. E.M. Política econômica: um olhar sobre a atual situação da política de habitação no Brasil. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 40, n. 3, 2013, p. 21-32.

MOTA, A. E. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.120, out/dez, 2014, p.694-705.

MOTTA, L. D.**A Questão da Habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade**, 2011 (Texto analítico). Disponível em: http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf. Acesso em 04 de mar 2017.

NASCIMENTO, D.M.; BRAGA, R.C.Q. Déficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida?.**RISCO**. São Carlos, v. 1, 2009, p. 98-109.

NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no pós-64. 15.ed. São Paulo, Cortez, 2010.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006, p. 141-160.

OLIVEIRA, S. S.R. A Cruzada São Sebastião e a política de favelas no Rio de Janeiro. In: **XVIII Encontro Regional de História MG, 2012**, Mariana. Mariana: UFOP, 2012. p. 1-12.

PAIVA, B. A. SALES, M. A. A nova Ética profissional: práxis e princípios. In: BONETTI, D. A.; etall (orgs.). **Serviço Social e Ética**: convite a uma nova práxis. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PAZ, R.D.; TABOADA, K.J. **Trajetória do trabalho social em habitação**. In:Curso à Distancia Trabalho Social em Programas e Projetos de habitação de interesse social. Brasília: Ministério das Cidades, setembro, 2010.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.107, jul/set, 2011, p.420-437.

RANGEL, H.M.V.; SILVA, J.V. O direito fundamental à moradia como mínimo existencial, e a sua efetivação à luz do Estatuto da Cidade. **Veredas do Direito**. Belo Horizonte, v.6, n.12, jul/dez, 2009, p.57-78.

RODRIGUES, R. I. Os parques proletários e os subúrbios do Rio de Janeiro: aspectos da política governamental para as favelas entre as décadas de 1930 e 1960. **Texto para discussão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília: Ipea, 2016.

ROLNIK, R. **Report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living, and on the right to non-discrimination in this context**. ONU, 2009. Disponível em: http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Housing/A-HRC-19-53_en.pdf. Acesso em 04 de abr 2017.

ROLNIK, R. Megaeventos: direito à moradia em cidades à venda. In: Obra coletiva. (Org.). **Brasil em jogo**: O que fica da Copa e das Olimpíadas?.São Paulo: Boitempo e Carta Maior, 2014.p. 65-70.

SANTOS, C. M. S. **Na prática a teoria é outra?**: Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2010.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo, Costez, 2012.

SILVA, A. A. Serviço Social e direitos sociais no contexto da crise. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 99, jul/set, 2009, p.444-457.

SILVA, C.A. **Os caminhos e descaminhos da política de habitação em Portugal e no Brasil no contexto de crise econômica do início do século XXI**. 2015. 254 f. Teses (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, M. O. S. **Política Habitacional brasileira**: verso e reverso. São Paulo: Cortez, 1989.

SIMÕES, G. Megaeventos: novo passo da especulação imobiliária, nova página do conflito urbano brasileiro. **Revista Praia Vermelha**. Rio de Janeiro, v.24, n.1, jan/jun, 2014, p.177-187.

SMITH, N. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **Espaço e Tempo**. São Paulo, n.21, 2007, p.15-31.

SOUZA, F.V.F. A política de assistência social: começando o debate. In: REZENDE, I. CAVALCANTI, L. F. (orgs.). **Serviço Social e políticas sociais**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2006. p.83-99.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.B (orgs.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103.

VAINER, C. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: XIV Encontro Nacional da ANPUR, 2011, Rio de Janeiro. XIV Encontro Nacional ANPUR. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011. p. 1-15.

VALLA, V. V. **Educação e favela**: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985. Petrópolis: Vozes, 1986.

VALLADARES, L. P. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

VIEGAS, W.S. O direito à informação como pressuposto para a participação popular no Estatuto da Cidade. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**. Ano IV e V, n. 4 e 5, 2003, p.671-683.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. **Direitos Sociais e Competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <<http://cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>>. Acesso em: 17 de fev. 2017.

ZALUAR, A. Crime, medo e política. In: ALVITO, M.; Zaluar, A. (org.). **Um século de Favela**. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 209-232.